REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XI - NÚMERO 59 - BIMESTRAL - 2015
www.ibefrio.org.br

Luis Aurênio Barreto, sócio da Premiumbravo

ARTIGOS EXCLUSIVOS

Embaixador Sergio Moreira Lima, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Leonardo Pereira, presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Marcelo Calero, secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

Jorge Santos Carneiro, presidente da Sage Brasil

Renato Vale, presidente do Grupo CCR

IBEF
Rio de Janeiro

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

CAPACIDADE DUPLICADA

*Operamos dois terminais no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob arrendamento da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente no **Rio de Janeiro (RJ)**, **Resende (RJ)** e **Juiz de Fora (MG)**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminal ferroviário

INAUGURAÇÃO EM NOVEMBRO 2015

*O **Terminal Intermodal de Itatiaia (RJ)**, receberá cargas provenientes de nossos terminais marítimos, oferecendo **serviços ferroviários de transporte, armazenagem** e de **logística de valor agregado**, atendendo à indústria do Vale do Paraíba.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de terminais marítimos, portos secos e terminal ferroviário, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada**, incluindo: **"on-site logistics"**.*

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br
www.logistica360graus.com.br

Editorial

Que 2016 seja um ano melhor para todos!

A **Revista IBEF c**hega a dezembro, consciente de que mais uma vez procurou levar a todos os leitores, artigos com temas importantes de nossa economia e matérias que interessam ao Brasil.

Relembramos aqui, os executivos que foram matéria de capa da revista em 2015: Joaquim Levy, ministro da Fazenda; Denis Pietton, embaixador da França no Brasil; Pedro Dutra, advogado; Julio Bueno, secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; Fernando Alves, sócio presidente da PwC Brasil e agora nesta edição Luis Aurênio Barreto, sócio da Premiumbravo.

Agradecemos a cada uma das empresas que nos apoiaram e parabenizamos todo um trabalho, de pessoas, equipe e marcas.

Enaltecemos a iniciativa do Grupo Eleva Educação, que tem como um de seus conselheiros o empresário carioca Jorge Paulo Lemann, que ao comprar no mês passado o prédio do Museu - Casa Davos, manteve em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro um imóvel de grande beleza e importância histórica.

A bela construção centenária, que fica em Botafogo será adaptada para as instalações de uma Escola Inovadora: com horário integral, aulas de ética, empreendedorismo, noções básicas de finanças, programação de software e até oratória.

A Escola pretende se erguer no Brasil em 3 pilares: excelência acadêmica, habilidades de vida e cidadania global.

Sejam bem vindos à nossa cidade!

Dezembro 2015

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

ENTREVISTA.....2
Luis Aurênio Barreto, sócio fundador da Premiumbravo.

OPINIÃO.....8
Sérgio Eduardo Moreira Lima: democratização do conhecimento das relações internacionais.

INTERNACIONAL.....10
FGV e ACCA fazem acordo para encurtar carreira internacional de jovens brasileiros profissionais de finanças.

OPINIÃO.....12
Leonardo Pereira: reflexão e controle em tempos de transição.

TECNOLOGIA & SAÚDE.....14
Bayer é novamente listada no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

OPINIÃO.....16
Helio Saboya Filho: o quarto mosqueteiro.

OPINIÃO.....17
Marcelo Calero: cultura carioca terá vez, voz e palco na Olimpíada.

OPINIÃO.....18
Sergio Fontenelle: o bloco K traz várias mudanças para as empresas. Você está preparado?

OPINIÃO.....20
João Doria: combater a crise pela raiz.

OPINIÃO.....21
Carlos Roberto Osorio: linha 4 do metrô: a maior obra de infraestrutura urbana da América Latina.

OPINIÃO.....22
José Cândido Senna: Projeto Exporta, São Paulo.

INTERNACIONAL.....23
CEAL está preocupado com corrupção sistêmica na América Latina.

OPINIÃO.....26
Jorge Santos Carneiro: eficiência na gestão de caixa.

INTERNACIONAL.....28
Os mega-acordos comerciais e seus impactos no mundo.

OPINIÃO.....30
Renato Vale: a concessão de rodovias amadureceu.

DAY TRADE.....32
Coluna de informação.

OPINIÃO.....34
Cynthia Catlett e Daiane Fernandes Nabuco: como tornar o ambiente corporativomenos suscetível à fraudes?

OPINIÃO.....36
Barbara Makant: um espaço de trabalho bem pensado.

OPINIÃO.....38
Ilan Goldfajn: a arte de cortar na carne.

OPINIÃO.....40
Conheça a história da executiva brasileira e mãe de três filhos que hoje lidera multinacional em Houston.

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

NACIONAL.....42
72% dos brasileiros querem liberdade para escolher fornecedor de energia elétrica.

NACIONAL.....44
Impostômetro da Associação Comercial de SP registrou R$ 1,5 trilhão.

OPINIÃO.....45
Leonardo Arozena: a questão cultural nas negociações internacionais

JURISPRUDÊNCIA.....46
Fernando Tardioli: nem todas as empresas que pedem recuperação judicial precisam realmente dela.

INTERNACIONAL.....48
O Brasil, o cenário econômico e as previsões para 2016.

Luis Aurênio Barreto, sócio fundador da Premiumbravo

Revista IBEF - Fale-nos sobre seu currículo.

Sou sócio de auditoria da Premiumbravo Auditores e Cosnultores, contador, com MBA em finanças e com larga experiência em serviços contábeis, auditoria e consultoria a empresas estrangeiras no ambiente de report em IFRS e Brazilian GAAP, incluindo empresas brasileiras com registro na CVM e SEC-Security Exchange Commission. Sou oriundo da Deloitte Touche Tohmatsu, tendo atuado como sócio de Auditoria, com experiência de 18 anos naquela firma, somando-se ainda os 12 anos com a Premiumbravo Auditores e Consultores, como um dos sócios fundadores. Planejei, coordenei e fui o responsável final por uma gama de serviços a clientes importantes e estratégicos da Deloitte e da Premiumbravo, tais como Vale (Albras, Alunorte e Docenave), Alliant Energy, Cataguases Leopoldinense, British American Tobacco (Grupo Souza Cruz), Lafarge (Cimento Mauá), Aracruz Celulose, Schweitzer Mauduit, MMX, BJ Services, Grupo Neoenergia, Grupo Brascan, Mitsui Gás e Energia, BHP Billiton Metais, dentre outros.

Revista IBEF - Quais são os serviços oferecidos pela Premiumbravo aos seus clientes?

A Premiumbravo é uma organização multifuncional de serviços, criada por profissionais oriundos de empresa "Big Four" de Auditoria e Consultoria. Oferecemos aos nossos clientes soluções consistentes, ágeis e diversificadas nas áreas de Auditoria, Consultoria Tributária, Due Diligences, Corporate Finance (com

> *Já esperávamos um ano de crise. Entretanto, acreditamos que é na crise que surgem as oportunidades."*

especial destaque na condução de processos de M&A, reestruturação e reorganização empresarial), Gestão de Riscos e Consultoria Empresarial.

Por termos uma estrutura enxuta e uma equipe multidisciplinar, conseguimos oferecer os diversos serviços de que as empresas precisam, com um atendimento focado não somente na rápida identificação de necessidades, mas também na sugestão de soluções eficazes.

Revista IBEF - Quais são os planos para crescer, principalmente diante da atual condição do país?

Elaboramos um novo Business Plan com o objetivo de alcançar um crescimento de até 70% no faturamento nos próximos cinco anos. Para alavancar os novos negócios, a empresa acaba de receber um novo sócio, Wlamir Martins, que terá como uma de suas principais atribuições gerir o Planejamento Estratégico, visando ampliar a atuação da empresa no mercado brasileiro.

Outra ação prioritária já definida pela Premiumbravo é a criação de novas linhas de serviços diferenciados e customizados, orientados a trazer retornos financeiros às empresas no curto e médio prazo (conhecidos como "*Money on the table*"). Além disso, a empresa vem estabelecendo importantes parcerias estratégicas e institucionais visando a uma maior presença no mercado.

Revista IBEF - O resultado da empresa para 2015 está dentro das expectivas dos sócios da Premiumbravo?

Já esperávamos um ano de crise. Entretanto, acreditamos que é na crise que surgem as oportunidades. Como tal, temos tido um incremento substancial de projetos e prospects em nosso pipeline.

Revista IBEF - A Premiumbravo é representada por executivos oriundos de grandes companhias. A experiência é um dos fatores decisivos para o crescimento esperado?

Somos 10 sócios, dos quais nove são oriundos de uma única empresa Big Four e um sócio oriundo de um grande banco de investimento. Essa característica nos confere uma singularidade dentre as empresas de nosso porte, pois nos coloca dentro de uma mesma cultura, um mesmo modo de operar, sem divergências.

Revista IBEF - Relativamente há pouco tempo no mercado, a Premiumbravo já conquistou importantes empresas como clientes. Qual é o segredo desse sucesso?

A multidisciplinaridade é a chave. Apesar da Premiumbravo estar só há 12 anos no mercado, a maioria dos sócios tem mais de 20 anos de experiência. Com isso, conseguimos reunir várias competências em uma estrutura mais rápida e dinâmica, permitindo oferecer aos nossos clientes soluções mais eficazes.

Revista IBEF - Atualmente a Premiumbravo possui escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo. Há planos de expansão para outros Estados?

Apesar de RJ e SP serem os dois principais mercados, atendemos o Brasil todo, tendo atuação, inclusive, no mercado internacional.

Revista IBEF - Com a desaceleração da economia, a atuação de investidores estrangeiros se tornou mais seletiva e cautelosa. O senhor acredita em uma retomada desses investimentos ainda para 2015?

Sim e isso já está acontecendo. É preciso se distinguir a diferença de estoque (riqueza/ativo) e fluxo

(perspectiva de PIB). As aquisições mais saudáveis por parte de investidores estrangeiros são aquelas "de fluxo", relacionadas a fomentar a expansão da atividade da investida, visando a aproveitar o momento de crescimento de uma economia robusta, bem como posicionar-se de forma estratégica diante do potencial de crescimento. Essas aquisições são também focadas em mercados fragmentados e com espaço para concentração (movimento horizontal), ou verticais tendo em vista uma cadeia de suprimentos. Ambos movimentos redundam numa maior produtividade da economia, que para o Brasil é o maior gargalo de crescimento.

O que estamos começando a ver por parte dos investidores estrangeiros é um interesse pelo estoque de ativos, não pelo fluxo propriamente dito. Ou seja, adquirir empresas simplesmente porque estas estão baratas em termos relativos. Nessa linha, mesmo que a economia demore para reverter do quadro atual de crise, uma compra 'barata' já é um ótimo posicionamento para mitigar erros relacionados à escolha do ativo e ao timing de aquisição (tempo de recuperação).

Assim, já percebemos nitidamente o interesse crescente do investidor estrangeiro por ativos no Brasil, posto que estes estão mais 'baratos' em reais - em face da redução dos múltiplos de P/L e EBITDA – e especialmente em moeda forte, a considerar que já acumulamos em 12 messes uma maxidesvalorização de cerca de 50%.

Revista IBEF - A presidente Dilma acabou de sancionar lei que aumenta o tributo sobre o lucro dos bancos. Qual é o trabalho desenvolvido para assessorar as diversas instituições financeiras clientes da Premiumbravo, diante da alta carga tributária no Brasil?

A Lei 13.169/2015 aumentou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas instituições financeiras, passando de 15% para 20%. Este aumento é baseado no entendimento do Governo de que as entidades financeiras detêm maior capacidade contributiva e, por isso, devem ter seus lucros gravados em maior proporção.

Para auxiliar as empresas a ter uma melhor performance fiscal, sesenvolvemos uma linha de serviços cujo foco é realizar um mapeamento completo da situação fiscal do cliente para encontrar soluções que alavanquem os resultados da empresa, via gestão tributária. O produto final do trabalho pode ser desde a identificação de possíveis créditos não realizados, até o desenho de operações estruturadas complexas. Alguns trabalhos realizados já ofereceram retorno da ordem de milhões de reais a empresas nacionais de diferentes setores.

Há de se levar em conta que a realidade tributária de nosso país é de tal complexidade e dinamismo que se torna cada vez mais difícil o correto cumprimento das normas em vigor, exigindo dos contribuintes um grande esforço administrativo no gerenciamento tributário. Por outro lado, esta complexidade pode representar uma grande fonte de oportunidades. Por isso, temos sentindo um aumento na demanda por serviços que visam melhorar a performance fiscal de empresas de diversos segmentos, incluindo as instituições financeiras.

Revista IBEF - O Brasil registrou 867 fusões e aquisições em 2014. Existe alguma expectativa para este ano? A Premiumbravo também atua em processos que envolvem fusões e aquisições?

O Brasil registrou um aumento de aproximadamente 8% no número de transações de F&A em 2014 quando comparado com o ano 2013. Nos meses acumulados até Setembro de 2015, o número de transações recuou aproximadamente 10% a 12% em relação ao mesmo período do ano passado. O ano de 2015 foi marcado pela desaceleração econômica, volatilidade cambial e pelo mau desempenho da Bolsa.

O centro do problema não se concentra somente no revés econômico, mas sim no impasse político que adia reformas vitais para destravar os investimentos e devolver a confiança. Assim mesmo, a expectativa do mercado de compra e venda de participação societária é de crescimento na reta final de 2015 e no ano de 2016. Uma combinação de ativos mais baratos com desvalorização cambial geraram oportunidades de consolidação em alguns setores e atrai a atenção de investidores.

Adicionalmente, à medida que cresce a expectativa de um cenário de prolongada fragilidade econômica, as empresas encontram cada vez mais dificuldades em rolar dívidas e obter recursos, seja via mercado de capitais ou bancos. Em alguns casos, a F&A tem sido uma alternativa ao mercado de capitais. Empresas impactadas pela crise econômica e preocupadas com a geração de caixa estão vendendo ativos. Na lista, estão a Petrobrás, Eletrobrás, Vale e, principalmente, as empreiteiras impactadas pelos desdobramentos da operação Lava Jato.

A Premiumbravo também oferece uma assessoria sofisticada e profissionalizada na condução de processos de compra ou venda de empresas (M&A). Nossa Organização multifuncional nos permite discutir questões estratégicas, financeiras e fiscais por diferentes ângulos e perspectivas antes de sugerirmos os próximos movimentos.

Revista IBEF - A Premiumbravo oferece o serviço de auditoria independente, que expressa opinião sobre demonstrações financeiras nacionais ou internacionais. Qual é a vantagem para uma companhia em contratar esse tipo de serviço?

As demonstrações financeiras de uma empresa contêm valiosas informações que podem ser usadas por diferentes usuários, com diferentes propósitos, como por exemplo, investidores, potenciais compradores, analistas financeiros e de crédito bancário e etc. Para todos esses usuários, é crucial que essas demonstrações financeiras tenham credibilidade para que as informações oriundas delas possam ser usadas com segurança no processo decisório desse usuário. Esse é o nosso papel maior como auditores independentes.

Revista IBEF - Qual a sua visão sobre o atual momento econômico mundial?

Nós temos uma visão mais realística-conservadora. As perspectivas oficiais que vêm sendo divulgadas no último mês, tanto pelo FMI como pela OCDC e alguns bancos de investimento transnacionais, indicam um menor patamar de crescimento para 2016 (de cerca de 3% ou um pouco menor) ante uma expectativa que existia, no início do ano, de 3,5% a até 4%. Isso significa um razoável consenso de um 2016 um pouco pior que 2015, mas ainda assim razoavelmente positivo.

Temos de pontuar os EUA com um crescimento moderado e consistente na faixa de 2,5% neste ano e em 2016 (o que é positivo); a China em desaceleração moderada para um patamar de crescimento de 6,5% e tendo alguns pontos de atenção (como o risco sistêmico do mercado de crédito); a depressão do preço das commodities e seus efeitos negativos para as economias emergentes (o Brasil em especial); uma Europa ainda andando de lado, quando muito com um crescimento de 2% para 2016 (mas provavelmente menor); a acrescentar a expectativa de início do processo de alta dos juros nos EUA, prevista em 0,25%, que será a primeira em cerca de 9 anos depois que o FED manteve as taxas próximas a zero a partir da crise de 2008.

A conclusão a que chegamos é que não vamos ter 'aquela ajuda externa' que tivemos nos primeiros anos do mandato de Lula, onde uma confluência de fatores positivos, a destacar o crescimento da China e respectiva alta das commodities, ajudou em demasia a nossa economia emergente. Nesta fase atual, muito possivelmente as questões internacionais ou serão nulas ou em certa medida negativas para a economia brasileira, a ressalvar que ainda temos uma arma que se carrega a cada dia: a desvalorização de nossa moeda. Esse efeito câmbio já começa a se refletir positivamente nas transações de comércio internacional e trarão recursos importantes para a nossa balança de pagamentos.

Revista IBEF - Qual o seu hobby?

A minha maior paixão é o estudo dos vinhos.

Revista IBEF - Para finalizar, um pensamento, uma frase?

Como se diz por aí, na crise, enquanto uns choram, outros vendem lenços. A Premiumbravo quer vender lenços.

Outros sócios da Premiumbravo

Alessandra Quirino
Impostos Diretos,
Sócia (Credibilidade)

Herculano Swerts
Gestão de Riscos,
Sócio (Flexibilidade)

Marcelo Lorenzo-Fernandez
Corporate Finance, Sócio
(Qualidade)

Jussara Duarte
Impostos Indiretos,
Sócia (Inovação)

Wlamir Martins
Novos Negócios, Sócio
(Transparência)

José Almeida
Impostos Indiretos,
Sócio (Competitividade)

Leonardo Voss
Corporate Finance,
Sócio (Ética)

Jorge Araújo
Impostos Diretos, Sócio
(Capital Intelectual)

Paulo Penha
Avaliação Patrimonial,
Sócio (Senioridade)

WMcCANN | BRADESCO

TUDO NA VIDA É UMA QUESTÃO DE ESTRATÉGIA.

SE VOCÊ TAMBÉM VÊ AS COISAS ASSIM, JUNTE-SE A NÓS.

O Bradesco Corporate & Investment Banking é a área do Bradesco dedicada às grandes e médias empresas. Sua equipe altamente qualificada, com expertise no mercado nacional e internacional, oferece as melhores soluções financeiras, com serviços diferenciados para atender às necessidades específicas de sua empresa.

BRADESCO CORPORATE & INVESTMENT BANKING.
A estratégia certa para cada movimento.

PATROCINADOR OFICIAL

Bradesco

Rio2016

Rio2016 JOGOS PARALÍMPICOS

TM Rio 2016 | Todos os direitos reservados.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
bradesco.com.br @Bradesco facebook.com/Bradesco

Bradesco
Corporate & Investment Banking

Democratização do conhecimento das relações internacionais e acesso aos mercados editoriais formadores de opinião no mundo

*Sérgio Eduardo Moreira Lima**

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) concluiu projeto, iniciado em 2006, de criação da maior biblioteca digital gratuita sobre relações internacionais, política externa e memória diplomática do Brasil. Seu acervo contém, atualmente, cerca de 600 publicações, inclusive manuais sobre História e Economia, que ajudam o estudante a preparar-se para concursos de ingresso em Universidades e em instituições como o Instituto Rio Branco. Essa biblioteca, disponível no portal www.funag.gov.br, permite ampliar o conhecimento de disciplinas necessárias à compreensão do mundo e da agenda externa do País, bem como cumpre a missão pedagógica da FUNAG de colaborar para a formação de opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional.

Baixados sem custo, os livros têm contribuído, de um lado, para a democratização do acesso ao conhecimento das relações internacionais no Brasil e, de outro, para a penetração do pensamento diplomático brasileiro em importantes mercados editoriais formadores de opinião no exterior. O acervo compreende clássicos estrangeiros, traduzidos para o português e apresentados por especialistas brasileiros, bem como documentos históricos de relevo para a política externa brasileira e obras sobre questões contemporâneas escritas por professores e diplomatas, além de pesquisas e debates de interesse para o País.

Essas publicações estão organizadas em coleções temáticas, o que orienta o leitor. Entre elas, destacam-se a coleção "Em Poucas Palavras", destinada a um público amplo com vistas à divulgação sintética do conhecimento sobre tópicos de importância para as relações internacionais; "Teses do Curso de Altos Estudos", que divulga trabalhos elaborados por Conselheiros da carreira diplomática e submetidas à banca examinadora do Instituto Rio Branco; "Política

Externa Brasileira", que reúne obras de acadêmicos notórios, como os professores Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima; "Relações Internacionais", com a análise de temas contemporâneos em âmbito global, como o BRICS e o Direito do Mar; "Clássicos IPRI", com textos basilares que formaram a disciplina de Relações Internacionais; e as ferramentas de estudo, como a coleção "Manual do Candidato", voltada para os interessados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e em cursos ligados a relações internacionais.

A exposição das obras na internet tem possibilitado o acesso ao portal da Fundação a usuários não só do Brasil e da comunidade brasileira no exterior, como também a estrangeiros em todo mundo. Este ano, mais de 60% do acesso e download de livros da FUNAG correspondem a consultas de fora do território nacional, o que reflete o crescente interesse de outros países em relação ao Brasil. A lista de consultas externas é encabeçada por Estados Unidos e seguido por Alemanha e China, e vem-se expandindo, inclusive em países de língua portuguesa, como Moçambique, Portugal e Angola. O *download* de títulos da FUNAG deverá superar este ano a marca de um milhão e meio de livros baixados, resultado 20% superior ao período correspondente em 2014. De acordo com coordenadores de cursos de Relações Internacionais, os referidos livros têm sido acessados e compartilhados por seus alunos de diferentes formas, o que gera efeito multiplicador da difusão do seu conteúdo. Dessa maneira, o alcance das obras publicadas pela FUNAG tem sido ainda maior do que a estatística oficial pode indicar.

O conhecimento das relações internacionais constitui um desafio da globalização e da crescente interdependência entre os países. O alto preço dos livros e sua indisponibilidade em português foram barreiras ao entendimento e à capacidade de formulação autônoma de ideias no contexto da disciplina. Atualmente, a situação vem mudando em razão das facilidades à informação, à compreensão das relações internacionais, bem como da ampliação da capacidade de análise crítica das questões que lhes são pertinentes.

O propósito da FUNAG é que essa biblioteca digital gratuita continue a permitir que número cada vez maior de brasileiros de todas as classes sociais e de diferentes regiões do País possa ler livros de boa qualidade sobre esse universo multidisciplinar, além de ajudar à difusão no exterior das pesquisas e da literatura brasileira especializada, promovendo o acesso do pensamento brasileiro aos mercados editoriais formadores de opinião em todo o mundo.

**** Embaixador, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.***

FGV e ACCA fazem acordo para encurtar carreira internacional de jovens brasileiros profissionais de finanças

Jovens profissionais brasileiros da área de finanças que queiram trilhar uma carreira internacional poderão ter seu caminho encurtado. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e uma entidade britânica chamada ACCA (*Association of Chartered Certified Accountants*) firmaram um acordo por meio do qual estudantes do Brasil poderão aplicar, aqui mesmo no País, para obter um certificado reconhecido por algumas das mais importantes multinacionais do planeta. Entre elas, Unilever, Shell, IBM e General Electric.

Afra Sajjad

No início de novembro, a FGV e a ACCA promoveram um evento para estudantes para tratar do desenvolvimento de uma carreira de finanças em âmbito internacional. Entre os participantes, estavam o vice-presidente financeiro da Unilever, Fabio Servulo, o conselheiro de empresas Eduardo Mello, ambos ex-alunos da FGV, além de Kieran McManus, sócio da PWC, e da chefe de educação para mercados emergentes da ACCA, Afra Sajjad. Ela conversou com a revista sobre a parceira. Confira, a seguir, os principais trechos da conversa.

1) Qual é a vantagem em obter a certificação ACCA?

Entre as vantagens principais da ACCA está o reconhecimento profissional, que possibilita ascensão na carreira. Na prática, nossos associados conseguem melhores colocações no mercado de trabalho, principalmente nas áreas contábil, financeira e de gestão. A certificação é reconhecida pelas autoridades regulatórias de todos os 181 países em que atuamos. Isso acontece porque oferecemos aos membros e estudantes conhecimento de qualidade sobre finanças, desde ética até novos modelos de negócio.

2) Onde a ACCA já atua?

Como disse, estamos em 181 países diferentes, o que nos torna culturalmente ricos e globalizados. Temos atuação expressiva em lugares como China, Índia, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e Cingapura. Temos 95 escritórios e possuímos quase 180 mil membros, além de 455 mil estudantes. Nos últimos cinco anos, os membros da ACCA cresceram 30% - um resultado inigualável se comparado com outras entidades financeiras internacionais semelhantes.

3) Quais são os resultados efetivos de obter essa certificação?

A certificação é reconhecida por mais de 7.100 empregadores, com profissionais colocados em multinacionais como Delloite, Unilever, HSBC, Accenture, GE, IBM, American Express, UPS, British American Tobaco e Shell. Existem países em que as famílias investem grande parte de suas economias para que seus filhos obtenham o certificado. O entendimento dessas famílias é de que, com o certificado, esse jovem tem chances muito maiores de se colocar no mercado de trabalho.

4) Como vai funcionar a parceria no Brasil?

A ACCA chega ao Brasil por meio de uma parceria inédita com a Fundação Getúlio Vargas. O memorando de entendimento foi assinado em um evento na FGV no dia 3 de novembro. Ainda estamos definindo os detalhes, mas, em linhas gerais, podemos dizer que estudantes brasileiros – seja da FGV ou de outros centros de educação – poderão aplicar aqui mesmo para ter o certificado. No caso especifico da FGV, a diferença é que será possível eliminar algumas matérias do currículo da certificação que já terão sido ministradas durante os cursos da FGV, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Reforçando: a única diferença é que os alunos da FGV poderão entrar em um estágio mais avançado, com isenções de algumas matérias.

5) Por que decidiram vir para o Brasil?

O mercado brasileiro forma anualmente milhares de profissionais nas áreas de finanças e contabilidade. No entanto, a maioria deles atua no mercado financeiro – cerca de 80% -, que exige algumas certificações de específicas. Quando olhamos para dentro das grandes corporações, apenas 10% desses profissionais vão para multinacionais. A entrada da ACCA no país tem como objetivo começar a despertar o interesse e a necessidade em ter uma certificação dessas para trabalhar em empresas não-financeiras. A certificação é indicada para alguém que, por exemplo, tem como meta se tornar o CFO de uma grande companhia de outro setor da economia.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Ambiental
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Tecnologia e Direito Digital
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

Reflexão e controle em tempos de transição

*Leonardo Pereira**

Em momentos de transição, são inevitáveis questionamentos sobre a retomada da economia e o papel dos mercados e instituições. Nossa sociedade vive, atualmente, este ambiente, o que impacta diretamente na maneira como fazemos negócios.

Nesse contexto, uma das inúmeras perguntas que surgem trata justamente do papel do mercado de capitais como alavanca de crescimento da economia. A resposta a esse questionamento deve ser pensada sob o ponto de vista dos fundamentos básicos para que o segmento se desenvolva de forma sustentável.

O mercado de capitais é fundamentado em um sistema de divulgação de informações. Tal sistema deve ser coerente, consistente, simétrico e igualitário, de maneira a assegurar níveis de transparência e de confiança que possibilitem aos investidores tomadas de decisões adequadas às respectivas necessidades.

Um dos conjuntos de informações com maior destaque e relevância nessa sistemática são as demonstrações financeiras (DFs). Divulgadas ao menos uma vez a cada exercício social, as DFs devem refletir a vida econômica e financeira da companhia. Esses dados proporcionam a identificação de tendências e potenciais desafios que a companhia terá pela frente.

Cabe aqui destacar que o progresso feito nos últimos anos, com a adoção de linguagem contábil comum e globalizada, é indiscutível. O sistema de governança das normas contábeis internacionais (IFRS), por exemplo, aperfeiçoou o conteúdo das informações divulgadas aos seus usuários. E o melhor: está cada vez mais preparado para lidar com as grandes discussões dos negócios, traduzindo-as e comunicando-as contabilmente.

Nessa esteira, em 2014, foi dado mais um importante passo, com a edição da OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Não há dúvidas que as DFs precisam ser apresentadas de maneira íntegra. Tornam-se ainda mais relevantes quando acompanhadas de notas explicativas inteligíveis e esclarecedoras. Afinal, traduzem a "vida real" por trás dos números. Nesse sentido, a OCPC 07 explicita o tema a fim de evitar que dados não materiais impactem a qualidade do conteúdo e se transformem em desinformação.

Algumas empresas já têm demonstrado progresso na forma como se comunicam nessa área. Essa atitude, porém, precisa ser estimulada e continuada. Para isso, é fundamental assegurar processos de controles internos mais sólidos e objetivos, que gerem segurança. Ou seja, regras que se materializem na prática, com efetividade, e não fiquem apenas no papel. Caso contrário, corremos o risco de divulgação de informações com falhas e problemas de integridade.

No momento atual de nossa sociedade, alguns aspectos precisam ser bem analisados e enfrentados.

> *Temos que ser prudentes para que as decisões que possam impactar qualidade e ganhos construídos não sejam tomadas de forma pouco pensada ou com visão míope de curto prazo."*

Lidamos com forte desaceleração na economia, resultando em corte de despesas e de investimentos. Estas questões podem impactar, entre outros pontos, em itens chaves como treinamento e recursos humanos.

Nesse sentido, faço reflexão a respeito de investimentos no aperfeiçoamento da qualidade das DFs. Temos que ser prudentes para que as decisões que possam impactar qualidade e ganhos construídos não sejam tomadas de forma pouco pensada ou com visão míope de curto prazo. A descontinuidade na evolução do aperfeiçoamento das áreas de controle propicia o aparecimento de "sementes nocivas" que, ao crescerem, geram problemas materiais tanto no curto como no médio/longo prazo.

Portanto, é vital não cairmos na tentação de acreditarmos que as áreas de controle podem ser negligenciadas. Torna-se imperativo que continuem a ter atenção da alta administração, inclusive da diretoria executiva e do conselho de administração.

Devemos reconhecer que a complexidade dos negócios demanda da evolução contínua e regular dessas áreas. Não obstante, resultados positivos são atingidos quando o profissional está em foco e capacitado. Definir metas, além de motivar o capital humano, torna-se primordial. Por outro lado, os profissionais precisam estar preparados para entender as mudanças no negócio, de maneira a não perder sensibilidade e precisão ao avaliar riscos. A evolução também só acontece se os administradores cumprirem com suas responsabilidades.

Por isso, temos que evoluir e perpetuar os progressos atingidos nos últimos anos. Será possível constatar que investimentos em capacitação - de pessoas e sistemas - nas áreas que zelam, direta e indiretamente, pela qualidade das DFs, não podem ser descontinuados.

Embora tenha convicção de que muito pode ser melhorado nas áreas de controle, principalmente no que tange ao envolvimento dos níveis seniors das empresas, muito foi atingido no que diz respeito a questões de materialidade e qualidade. Isso permite passar pelo atual período de forma mais segura e sairmos ainda mais sólidos.

Por fim, é necessário preservar a evolução dos processos de qualidade e de integridade das informações, em particular, das DFs. Só assim, níveis de informação que gerem confiança e transparência, considerados valores essenciais do mercado de capitais, continuarão a se fortalecer.

**** Presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.***

Bayer é novamente listada no Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Companhia é qualificada pela 16ª vez em um dos rankings mais importantes do mundo.

A Bayer, multinacional alemã com atuação em Ciências da Vida nas áreas de saúde e agricultura, foi mais uma vez incluída no Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI World). A companhia é, portanto, uma das poucas empresas no mundo a ter se qualificado pela 16ª vez consecutivamente no ranking. Isto reforça a posição da Bayer como uma das principais empresas com foco em sustentabilidade na indústria farmacêutica.

"Estamos satisfeitos com a nossa nomeação renovada", disse Michael König, membro do Conselho de Administração da Bayer responsável por Recursos Humanos, Tecnologia e Sustentabilidade. "É uma confirmação externa de nossa estratégia corporativa que combina o sucesso econômico com responsabilidade social e ambiental", acrescentou König. "A sustentabilidade é um aspecto central do nosso *core business* (núcleo do negócio). Nós documentamos isso em nosso Relatório Anual, no qual comunicamos de maneira transparente os dados e metas mensuráveis, tanto para o setor financeiro e não financeiro".

Para o DJSI World, a agência de classificação Swiss RobecoSAM avaliou cerca de 2.000 das maiores empresas cotadas do mundo, de acordo com o índice S & P Dow Jones Indices com o princípio "*best-in-class*": a análise detalhada determina 10% das empresas num setor que tem o melhor desempenho econômico, ambiental e social global. Dentro de seu segmento, a Bayer foi altamente classificada em particular nas áreas de comunicação integrada, gestão de fornecedores e engajamento das partes interessadas.

O DJSI World serve como um guia para os investidores institucionais, que valorizam a sustentabilidade.

Bayer: Science For A Better Life

A Bayer é uma organização global com competências centrais focadas em Ciências da Vida nas áreas de saúde e agricultura. Os produtos e serviços da empresa são projetados para beneficiar a população e melhorar sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o Grupo tem como objetivo criar valor através da inovação e crescimento. A Bayer está comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e com sua responsabilidade ética e social como uma empresa consciente. Em 2014, o Grupo empregou 119.000 pessoas e teve um faturamento de EUR 42,2 bilhões. As despesas de capital chegaram a EUR 2,5 bilhões e os investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) totalizaram EUR 3,6 bilhões. Estes valores incluem dados do negócio de polímeros de alta tecnologia, que será lançado no mercado de ações como Covestro em meados de 2016, no mais tardar.

Para mais informações acesse www.bayer.com.br.

TopDown
SISTEMAS

Top Down, há 28 anos contribuindo com o bem-estar da sua empresa.

HÁ 28 ANOS NO MERCADO DE TI, A TOP DOWN É CONSULTORA NA ÁREA DE INFORMÁTICA. COM PACOTES PRÉ-FORMATADOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS SOB MEDIDA, CONTRIBUÍMOS COM A GESTÃO DE SUA EMPRESA DE MANEIRA TOP, PARA QUE VOCÊ FOQUE SEUS ESFORÇOS NOS PONTOS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO. O DOMÍNIO DA TECNOLOGIA ALIADO AO DIÁLOGO E CUMPLICIDADE SÃO OS VALORES PRINCIPAIS NO RELACIONAMENTO DE NOSSA EQUIPE COM OS CLIENTES.

O Top Saúde Médico é o produto ideal para seu negócio. Ele gerencia todas as etapas dos processos administrativos de Planos de Saúde, contribuindo com sua produtividade e auxiliando na tomada de decisões.

TopSaúde
MÉDICO
Gestão de saúde inteligente

CONHEÇA MAIS SOBRE O NOSSO NEGÓCIO EM:
www.topdown.com.br • www.facebook.com/topdownsistemas • www.twitter.com/topdownsistemas

O quarto mosqueteiro

*Helio Saboya Filho**

Não é de hoje que o empresariado reclama de barreiras jurídicas erguidas pelo Estado contra o desenvolvimento econômico nacional: o Poder Legislativo, ao criar um emaranhado de leis desnecessárias, anacrônicas e confusas, o Executivo, ao usurpar tal função baixando medidas provisórias e leis delegadas com idênticos vícios, e, finalmente, o Judiciário por interpretar, ora em uma direção ora em outra, esse conjunto de normas defeituosas (e sempre com tremenda morosidade).

A clássica separação dos três poderes formulada por Montesquieu desaparece sob a exortação de Alexandre Dumas – "Um por todos, todos por um!" – arrematando-se, não sem razão: "e todos contra nós".

Touché! Aí está o tripé da insegurança jurídica.
Mas falta um mosqueteiro nesse enredo. Como bem assinala o economista Armando Castelar, diante do princípio ficcional de que as leis são de conhecimento de todos, cabe-nos "conhecer a norma, identificar o que é obrigatório, proibido e permitido, e, com base nesse conhecimento, definir seu comportamento e estruturar suas relações". Tal presunção é reforçada quanto aos homens de negócios, não só devido à própria atividade que exercem como pela forte presença dos usos e costumes mercantis a suprir lacunas e a atenuar imprecisões jurídicas. Se hoje a confluência de manifestações de vontade (não apenas contratuais) se opera através de uma tecla "enter", isso não se deve a qualquer obra legislativa, senão à criatividade benfazeja do empreendedorismo.

Todavia, precedem também a qualquer codificação princípios ínsitos à segurança jurídica, como o da probidade e o da boa-fé, valendo citar a célebre advertência de Alfred Marshall no sentido de que "Quando se diz que os móveis das ações de um homem residem no dinheiro que ele conta ganhar, isso não significa que seu espírito esteja fechado à qualquer outra consideração senão a do ganho. Porque mesmo as relações que são unicamente de negócios pressupõem a honestidade e a boa-fé, e muitas vezes elas pressupõem, senão a generosidade, pelo menos a ausência de baixeza, e esse orgulho que todo homem honesto sente em conduzir-se bem."

No Direito Privado, as leis – boas ou ruins – nascem para mitigar situações de desequilíbrio jurídico verificados entre particulares. Um bom exemplo é o Código de Defesa do Consumidor. A insegurança que o inspirou não estava no Estado, mas, fundamentalmente, no crescente abuso de técnicas de marketing e propaganda e na comercialização de produtos e serviços impróprios ou perigosos ao público, fazendo nascer na década de sessenta um movimento social ("*consumerism*") que, dos Estados Unidos, ganhou o mundo. Em síntese, aproveitando-se de que o contrato é lei entre as partes a mais forte delas não vinha se comportando frente à mais vulnerável da maneira recomendada por Marshall.

O problema não se circunscreve às relações de consumo, verificando-se também na captação de poupança por grandes corporações. Numa e noutra área é responsabilidade do empresariado dirigir-se a, respectivamente, consumidores e investidores, de forma clara e precisa já que do obscurantismo colhem-se consequências tão ou mais nocivas que a imprevisibilidade das decisões judiciais; tão ou mais dramáticas do que a demora em se remediá-las de uma forma justa e homogênea, delineando-se um circulo vicioso no qual não se identifica se instabilidade jurídica começa no Estado ou se tem uma matriz privada.

Oportuno voltar a Castelar. Ao indagar a centenas de executivos qual o principal problema em suas relações com o Poder Judiciário, o economista recebeu a seguinte resposta: "A falta de celeridade. No entanto, em algumas áreas do Direito, como na trabalhista, cerca de um quarto das empresas considera positiva a lentidão da Justiça.". Positiva.

Em ousado exercício de analogia, pode-se considerar que, tanto quanto a segurança pública, a segurança jurídica, além de "dever do estado" é também, como diz o art.144 da Constituição, "responsabilidade de todos".

** Sócio fundador de Saboya, Direito, Muanis Advogados.*

Cultura carioca terá vez, voz e palco na Olimpíada

*Marcelo Calero**

Em 2016, não será apenas o esporte que estará em evidência. Durante cinco meses, entre maio e setembro, vamos celebrar nosso bem mais valioso: as manifestações culturais cariocas. Com a Programação Cultural Cidade Olímpica e o programa Viva a Cultura!, idealizados pela Prefeitura do Rio, apoiaremos inúmeras iniciativas a serem realizadas, não apenas nos museus, centros culturais e teatros, mas, especialmente, nas ruas e praças, vizinhanças e comunidades. O Rio será um grande palco.

Todos os fazedores de Cultura terão a chance de participar dessa grande celebração por meio do programa Fomento Cidade Olímpica, que vai destinar mais R$ 24,5 milhões à cena carioca. Com o valor já assegurado pelo programa Viva a Cultura!, vamos investir quase R$ 110 milhões em projetos com propostas artísticas das mais variadas, contemplando a diversidade desta Cidade que não para de se reinventar.

Dentro do Viva a Cultura! se insere a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, que prevê o abatimento de ISS para empresas interessadas em patrocinar projetos culturais. Com um cronograma pré-estabelecido e regras claras, a lei de municipal de incentivo se estabelece como um exemplo de boas práticas para o mercado da economia da cultura. Em novembro realizamos uma rodada de negócios na Associação Comercial do Rio de Janeiro com o objetivo de aproximar os patrocinadores dos produtores culturais. Toda empresa que desconta ISS pode se tornar uma empresa parceira da Cultura carioca.

A Prefeitura do Rio tem o compromisso de democratizar o acesso aos recursos, tanto em seus fomentos tradicionais, quanto em programas inovadores, como o Prêmio de Ações Locais e o Programa Territórios de Cultura, que estimulam a participação de realizadores independentes. Muitos deles nunca tinham se inscrito em editais públicos.

Ao fim do processo, vamos selecionar quase mil iniciativas em todas as regiões da Cidade, que terão a oportunidade de mostrar sua arte nos palcos itinerantes de um grande festival.

O Fomento Cidade Olímpica permitirá ampliar e diversificar uma iniciativa de grande sucesso realizada nas comemorações de 450 anos: o Passaporte dos Museus Cariocas. O documento que oferece gratuidade em museus será relançado com novo nome, Passaporte Cultural Cidade Olímpica, e abrangência maior. Quem tiver o passaporte terá descontos em peças, shows e outros espetáculos. Queremos ver nossos templos de arte e saber lotados.

A Programação Cultural Cidade Olímpica e o Viva a Cultura! se inserem na política da Secretaria, que está baseada na qualificação dos equipamentos culturais da Cidade, no incentivo à fruição por todos os cariocas, em todas as regiões do Rio, e na democratização e territorialização do acesso ao financiamento público para a arte. Dentro do ambicioso programa de investimentos, há espaço para produtores e artistas dos perfis mais variados e para a pesquisa de linguagem. Queremos celebrar a Cidade Olímpica com os cariocas em toda a sua diversidade e pluralidade.

*** Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.***

O Bloco K traz várias mudanças para as empresas. Você está preparado?

*Sergio Fontenelle **

Muitos veem o Bloco K apenas como mais uma obrigação acessória. No entanto, a implementação do Bloco K pode converter-se numa preciosa oportunidade para a melhoria nos processos de gestão e nas práticas de governança corporativa das empresas, no que se refere a cadastro de materiais, controle de inventário, estoque em poder de terceiros, planejamento e controle de produção e indicadores de desempenho KPIs.

Além disso, grande parte das exonerações e recuperações de tributos se baseia na transparência fiscal dos controles de produção e do estoque, podendo o Bloco K tornar-se um grande aliado nas oportunidades de caixa para os contribuintes, como recuperação de crédito acumulado do ICMS e ressarcimento de ICMS-ST.

No projeto do Bloco K, as empresas irão precisar de assessoria especializada nas áreas tributária e de tecnologia da informação. Também será necessário o uso de ferramentas eletrônicas para garantir a aderência dos arquivos do Sped Fiscal ao layout e às regras de validação exigidas pela legislação vigente, e será preciso confrontar as informações contidas no Bloco K com as correspondentes em diversas outras obrigações acessórias, a exemplo dos arquivos magnéticos 4.5 (Controle de Estoque e Registro de Inventário) e 4.6 (Relação Insumo/Produto) da Instrução Normativa № 86.

Importante ressaltar que o fornecimento de informações incompletas ou sua falta podem resultar em multa de até 1% do valor do estoque não escriturado no período ou, ainda, levar o Fisco a arbitrar o inventário, permitindo acarretar penalidades mais expressivas e crime contra a ordem tributária.

Novas regras da obrigatoriedade de escrituração do Bloco K no Sped Fiscal

Em outubro deste ano, foi publicado o Ajuste SINIEF 08/2015, que trouxe novas regras acerca do termo inicial de obrigatoriedade de escrituração e submissão do arquivo do Bloco K - Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque no EFD ICMS/IPI, aplicável aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e atacadistas.

A obrigatoriedade de implementação passou a observar novo calendário, seguindo os seguintes critérios e prazos:

- Janeiro de 2016: estabelecimentos industriais, classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R$ 300 milhões; e estabelecimentos industriais de empresas habilitadas ao RECOF ou outro regime alternativo a este;

- Janeiro de 2017: estabelecimentos industriais, classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R$ 78 milhões;

- Janeiro de 2018: demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os estabelecimentos equiparados a industrial.

Para fins de enquadramento das regras acima, deve-se considerar como faturamento a receita bruta de venda de mercadoria de todos os estabelecimentos da empresa no território nacional, industriais ou não, excluídas as vendas canceladas, as devoluções e os descontos incondicionais concedidos, tendo como exercício de referência o segundo exercício anterior ao início da vigência da obrigação.

*** Sócio-líder de Impostos Indiretos da EY.**

Rio2016
Rio2016
JOGOS PARALÍMPICOS
APOIADOR OFICIAL
TM Rio 2016
Trabalhe conosco: ey.com.br/carreiras
© 2015 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.
Reality show nas rotinas de recursos humanos: está preparado?
A EY pode ajudar a sua empresa a se adequar ao eSocial - a ferramenta da Receita que cruzará de forma ágil, precisa e abrangente os dados fiscais e trabalhistas.
www.ey.com.br
Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor o mundo de negócios.
EY
Building a better working world

Combater a crise pela raiz

*João Doria**

A crise do país é essencialmente de natureza política. E o guarda-chuva que abriga outras crises: econômica, hídrica, energética e, sobretudo, a crise moral que solapa as bases do nosso edifício democrático. No Brasil, a natureza política se torna incompatível com um modelo racional de Estado e uma gestão moderna de democracia. E a crise tende a se expandir.

O País não sai do impasse porque simplesmente não consegue avançar na trilha das mudanças políticas. Em consequência, vive permanentemente dentro de um ciclo de precária governabilidade, agravado pela tensão entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também pelas enormes carências sociais, e pela grandeza territorial, com suas marcantes diferenças socioeconômicas e culturais.

A questão se coloca: como cortar o nó que mantém o país em uma situação de inércia? Que reformas se fazem necessárias para promover a dinâmica do país? As indicações para se obter um estágio de modernização, de maneira quase consensual, assinalam para as necessidades de mudanças na estrutura do Estado, entre elas, a redefinição de atribuições e melhor divisão de competências entre os três poderes; do sistema político-eleitoral; do sistema tributário-fiscal e da previdência, reformas consideradas prioritárias para o redimensionamento do perfil institucional do país, aperfeiçoamento do sistema político e formação de uma burocracia voltada para a eficácia.

Essas reformas definirão novos padrões de organização social e produtiva. No entanto, por mais bem feitas e planejadas, não conseguirão gerar resultados suficientes para alterar, de modo profundo, a fisionomia cultural do país.

A Câmara aprovou um conjunto de resoluções, encaminhadas ao Senado. Essa Casa acolheu o parecer do senador Romero Jucá, diminuindo tempo de campanha, tempo de programação eleitoral, regulamentando coligações proporcionais e proibindo doações para campanhas por pessoas jurídicas. Ao voltar para a Câmara, os deputados desfizeram o acerto feito pelos senadores. Praticamente, a reforma repõe o que já existe. O que se pode concluir desse vai-não-vai? Que a modernização do país ocorre a conta-gotas, não atendendo aos verdadeiros anseios da sociedade.

O Brasil só avançará quando a reforma fundamental, a mãe de todas as reformas, conseguir contemplar a base da sociedade. E que reforma é esta? A reforma educacional, começando com a educação básica. Vamos aos fatos: a escola pública está deteriorada; milhões de brasileiros permanecem fora do sistema educacional; medidas como as de combate à fome e à miséria, integram-se a uma visão meramente assistencialista têm seus méritos, no curto prazo, para minorar o desespero que se alastra em algumas regiões, mas não ajudam os carentes a sair do seu estado.

Precisamos combater a crise pela raiz. A grande revolução que o Brasil precisa empreender é na esfera do conhecimento e da educação. Só assim o País poderá começar a diminuir o abismo social que envergonha a nação.

** Jornalista, presidente do Grupo Doria e pré-candidato à prefeitura de São Paulo.*

Linha 4 do metrô: a maior obra de infraestrutura urbana da América Latina

*Carlos Roberto Osorio**

A chegada da Linha 4 do Metrô (Barra da Tijuca – Ipanema) à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a maior obra de infraestrutura urbana da América Latina e o maior legado em transporte para a população do Rio de Janeiro, entrou na reta final e vai transformar a dinâmica dos deslocamentos da cidade e acrescentar ao sistema metroviário, diariamente, mais de 300 mil pessoas. Para mensurarmos o porte do empreendimento, que tem investimentos de R$ 9,7 bilhões, o projeto representa a execução, de uma só vez, da mesma extensão de metrô subterrâneo existente no estado.

O trabalho segue avançando. Dos 16 quilômetros de extensão da nova linha, mais de 12 quilômetros de túneis estão escavados entre os bairros da Barra da Tijuca e Ipanema, trecho que já recebe a instalação de trilhos. Cerca de 83% da obra já está concluída. São mais de 18 quilômetros de trilhos instalados, o que equivale a mais da metade da extensão da Linha 4, considerando as vias permanentes - por onde os trens vão passar - nos dois sentidos. Quatro estações estão completamente escavadas e em fase de acabamentos: Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, Antero de Quental, no Leblon, São Conrado e Jardim Oceânico, na Barra, estação que será integrada ao sistema de corredor BRT (Bus Rapid Transit).

Os pilares da ponte estaiada também já estão concluídos. Estas são as estruturas de concreto que fixam os cabos de aço da ponte, que ligará os túneis escavados em rocha a partir do Morro do Focinho do Cavalo à estação Jardim Oceânico. Com a conclusão das obras civis no trecho suspenso e elevado sobre o canal da Barra da Tijuca, prevista para o mês de dezembro, iniciaremos a fase de acabamentos, instalação de cabos elétricos, posicionamento de trilhos e concretagem da via permanente.

Obras de infraestrutura do porte da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro geram milhares de empregos e aquecem a economia não só do estado, mas do Brasil como um todo. Os números impressionam: desde 2010, quando as obras começaram, foram gerados quase 20 mil postos de trabalho. Atualmente, no pico da obra, há

FOTO: HENRIQUE FREIRE

quase 10 mil trabalhadores diretos – 40% deles vindos de outros estados brasileiros - e 29.151 indiretos. Um verdadeiro exército da mobilidade que se reveza, durante as 24 horas do dia, e não mede esforços para entregar esse empreendimento no prazo. A Linha 4 do Metrô será entregue à população em junho de 2016 em esquema de operação assistida, fora do horário de pico, e em julho, começará a operação plena.

Os benefícios da Linha 4 vão além da facilidade de transporte e de acesso às diversas áreas da cidade: também melhoram a qualidade de vida e vão colaborar para tornar o ar do Rio de Janeiro mais limpo. Depois da implantação da na linha, mais de 2 mil veículos serão tirados das ruas diariamente, o que significa menos 2.600g/km de monóxido de carbono, no mínimo, sendo jogados no ar por dia.

Sem dúvidas, é um grande orgulho ver uma obra sonhada por mais quatro décadas anos sendo realizada. Mais desafio sendo vencido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. E, dando continuidade ao processo de expansão metroviária, concluída a Linha 4, a prioridade do Governo do Estado é a expansão da Linha 2 (trecho Estácio-Carioca-Praça XV) e a implantação da Linha 3, atendendo os municípios de Niterói e São Gonçalo. Todo este planejamento integra a elaboração do Plano Diretor Metroviário (PDM), que vai planejar o crescimento do sistema metroviário do estado do Rio de Janeiro até 2045.

** Secretário de Estado de Transportes do Rio de Janeiro.*

Projeto Exporta, São Paulo

*José Cândido Senna**

O Projeto EXPORTA, São Paulo é fruto do Protocolo de Cooperação firmado, no dia 1º. de setembro de 2004, entre o Governo do Estado de São Paulo, através da então Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP e a São Paulo Chamber of Commerce/ Associação Comercial de São Paulo – SP- CHAMBER/ACSP, braço de desenvolvimento de negócios internacionais da rede FACESP, composta por 420 entidades.

Os trabalhos objetivam desenvolver as exportações do Estado de São Paulo, ampliando-se a sua base exportadora, com a inserção de produtores de micro, pequeno e médio portes em mercados externos. O processo de internacionalização avançará com o estabelecimento de subsidiárias de vendas e, posteriormente, subsidiárias de produção no exterior. Até o momento, o Projeto vem-se relacionando com cerca de 3.800 empresas, a maior parte integrante de cadeias alimentares, cabendo destacar que várias tornaram-se exportadoras ao longo desses anos. O conceito de "competidor global", suficientemente robusto para suplantar a concorrência do produto importado e capaz de vender ao exterior competindo com fornecedores locais e concorrentes estrangeiros, permeia todos os trabalhos.

As atividades compreendem a mobilização e a capacitação de produtores, bem como a montagem e a operação de sistemas de informações, em nível das Associações Comerciais, para a disseminação da cultura exportadora e das ferramentas de inteligência comercial usadas na avaliação da demanda por produtos em mercados externos, na identificação de potenciais compradores e na estimativa de preços de exportação. A organização de missões empresariais a diversos países complementa tais atividades, permitindo o desenvolvimento de ciclos de negócios de exportação, desde a sensibilização do produtor até a realização das suas primeiras vendas ao exterior. A questão relacionada a custos de acesso a mercados, comumente inibidora de exportações daquelas empresas, tem sido, em diversas situações, superada com a participação de comerciais importadoras e exportadoras,

A abordagem sistêmica da inserção competitva de empresas em mercados externos e o foco em ações voltadas à permanente redução de custos e agregação de valor nas diversas etapas do processo de exportação, como, por exemplo, na contratação de financiamentos e serviços de logística internacional, abrem espaço para ganhos contínuos de rentabilidade das operações e, por conseguinte, de competitividade.

Nesse contexto, o EXPORTA, São Paulo consolidará, nos próximos meses, três vertentes estratégicas envolvendo i) a racionalização da logística de exportações e importações com foco nas "operações 24 horas" de portos e aeroportos brasileiros, bem como nas vendas nas modalidades "*Delivered*", em que o exportador assume a responsabilidade pela carga até o país de destino, agregando mais valor do que custos; ii) processos, serviços e produtos inovadores, em que para estes não haja referência de preços de concorrentes; e iii) produtos cujos processos produtivos e de comercialização, envolvendo a logística, envolvam procedimentos e práticas de sustentabilidade sócio-ambiental, como, p.ex., o reúso d'água, o emprego de energia renovável e a produção exportável com insumos e componentes reciclados.

Tais ações, certamente, contribuirão para a tão almejada internacionalização permanente e crescente das micro, pequenas e médias empresas paulistas.

** Coordenador Geral do Projeto EXPORTA, SÃO PAULO, pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo - FACESP e pela São Paulo Chamber of Commerce/Associação Comercial de São Paulo.*

CEAL está preocupado com corrupção sistêmica na América Latina

O principal objetivo da Conferência da 26ª Assembleia do CEAL - Conselho Empresarial da América Latina, que aconteceu em outubro no Rio de Janeiro, foi criar um diálogo de líderes empresariais para facilitar o intercâmbio econômico e a integração cultural na América Latina, resumiu, em coletiva de imprensa, Roberto Giannetti da Fonseca, presidente do CEAL Brasil. "América sem Fronteiras" é o tema central da Conferência, que contou com a participação de aproximadamente 200 líderes latino americanos e europeus, além de 80 palestrantes e debatedores entre autoridades, presidentes de empresas, lideranças políticas e institucionais.

"Esse trabalho é realizado há 30 anos e neste momento vivemos um momento preocupante. Países que respeitam a democracia e a economia de mercado têm obtido crescimento. Mas outros, que não praticam a economia de mercado e adotam políticas intervencionistas, estão em dificuldades. A Bolívia é uma exceção à regra em função do gás, que tem gerado divisas, mas o país não tem apresentado grandes inversões. Além disso, não está havendo alternância de poder. Em nenhum país é aceitável a manutenção de um mesmo governo por mais de quatro ou cinco anos. Somos contra a reeleição, pois faz com que o presidente trabalhe mais para se reeleger do que para atender os anseios da sociedade", defendeu Giannetti.

Mark McGuiness, presidente do CEAL do México comentou a crise provocada pela queda de 50% dos preços do petróleo, que representava 30% da arrecadação de impostos do seu país. O ponto positivo, na sua avaliação, é que se abriu a privatização do setor, embora, com o preço do barril a US$ 45, não há muito interesse das operadoras em perfurar.

McGuiness comentou também o impacto do Acordo Transpacífico para o México que está tendo redução de 1% em suas tarifas. Cerca de 80% das transações comerciais dos México são com os EUA e McGuiness lamentou o fato de que, possivelmente, o Nafta passará a ser secundário.

Giannetti, por sua vez, entende que deveria haver uma comunidade econômica latino-americana, e destacou que Mercosul tem um cunho mais político. Para ele, o modelo mais promissor é o da Aliança do Pacífico que é liderado pelas empresas. Ele defendeu que o Brasil deva se integrar à Aliança do Pacífico, mas ressaltou que o pré-requisito é ter acordos bilaterais de livre comércio com todos os países membros. "O Brasil tem regras muito protecionistas para a indústria nacional", criticou.

McGuiness afirmou que o Brasil tem uma liderança inconteste na América do Sul e em parte do Caribe, mas é menos atuante na América Central e no México. Embora o foco do CEAL seja a América Latina, a associação tem um capítulo em Miami, por ser a porta de entrada dos latinos nos Estados Unidos.

Giannetti afirmou que o CEAL tem vários projetos para a região, entre os quais o fortalecimento da democracia e o combate à corrupção. Ele reforçou que a entidade está muito preocupada com a situação latino-americana.

"Há uma diferença entre a corrupção esporádica que visa o bem pessoal e é condenável, e a corrupção sistemática como política de Estado. Há corrupção sistêmica em outros países, mas o fato positivo é que o Brasil está se tornando uma referência graças à rigorosa apuração da Justiça e da Polícia Federal, que felizmente são independentes", observou.

A Conferência discutiu diversos temas como educação, agricultura e segurança alimentar, mobilidade urbana, energia, inovação e sustentabilidade, entre outros assuntos.

Personalidades e autoridades como Gustavo Cinosi, conselheiro para Assuntos Institucionais da OEA (Organização dos Estados Americanos); Jorge Fernando Quiroga, ex-presidente da Bolívia; Otaviano Canuto, diretor pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); Antonio Silveira, do Banco Mundial; João Carlos Ferraz vice-presidente para América Latina do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; entre outros participaram dos debates, que contaram também com as presenças de políticos de vários países do continente, ministros de Estado, dirigentes de bancos de investimento, lideranças empresariais e setoriais, e executivos de grandes empresas da região.

O Conselho Empresarial da América Latina (CEAL) é uma organização constituída importantes empresários do continente. Foi criado há 26 anos, na Cidade do México, com o objetivo de estimular a participação de seus membros nos fluxos comerciais, investimentos, de intercâmbio e cooperação, em todas as áreas em que o setor privado possa contribuir para o fortalecimento dos seus laços mútuos e progresso socioeconômico da América Latina. Tendo como principal meta a integração do continente, o CEAL reúne, atualmente, mais de 600 líderes empresariais, dirigentes e acionistas de empresas, agrupados em 21 capítulos, localizados na América Latina, Estados Unidos, Península Ibérica e no Caribe. Seu intuito é promover o papel fundamental da comunidade de negócios da América Latina no desenvolvimento econômico da região. O CEAL hoje é considerado a voz do empresariado da América Latina, que se engaja por uma América sem fronteiras. Ingo Plöger, empresário brasileiro, é o atual presidente internacional do CEAL.

O GRUPO CCR ABRE CAMINHOS PARA VOCÊ CHEGAR LÁ E PARA TUDO CHEGAR ATÉ VOCÊ.

Mais do que administrar rodovias, metrôs, aeroportos e barcas, a missão do Grupo CCR é facilitar o seu dia a dia. Garantir que você chegue lá com tranquilidade e segurança e abrir sempre novos caminhos para que tudo também chegue até você. Afinal, pelo céu, pelo mar, pela terra ou pelos trilhos, nosso destino é sempre a sua felicidade.

GrupoCCROficial YouTube GrupoCCROficial www.grupoccr.com.br

Hugo cultiva as flores no interior e traz pela Rodovia dos Bandeirantes até São Paulo.

mood³

Hugo pega a Rodovia Presidente Dutra, sentido Guarulhos, com um buquê de flores todo fim de semana para receber sua namorada mineira.

Dayane, a namorada mineira de Hugo, embarca todos os fins de semana no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte para ver Hugo e ganhar flores.

É por aqui que a gente chega lá.

CCR

Eficiência na gestão de caixa

*Jorge Santos Carneiro**

Desde a crise de 2008, iniciada no mercado financeiro com quebra do banco americano Lehman Brothers, o mundo vem passando por enormes dificuldades, sem realmente até hoje enfrentar e corrigir os erros que têm levado a tal situação. Apesar da recente reação da economia dos Estados Unidos, após cerca de sete anos de problemas, a Europa ainda sofre com um baixo crescimento. No Brasil, a economia está paralisada, prejudicada pelas dificuldades internas, menor demanda pelas commodities, principalmente da China, e falta de confiança dos investidores.

Essas dificuldades acabam atingindo as empresas, tanto nacionais como estrangeiras, que são diretamente afetadas pelas ondas de choque de notícias negativas. Diante desse quadro, como nunca aconteceu até hoje, a otimização da gestão financeira passou a ser uma necessidade premente, para que companhias de todos os portes possam garantir os bons resultados de seus negócios.

Há vários instrumentos no mercado que permitem melhorar esse controle. Entre eles, merecem destaque os softwares de gestão de tesouraria. Essas ferramentas automatizam os processos, como fluxo e fechamento de caixa e transferências entre contas correntes. Estima-se que o uso de ferramentas desse tipo reduzam em 90% o tempo gasto com trabalho "braçal".

Atividades como fechar o caixa, que antes levavam até semanas para serem realizadas, com a ajuda do software podem ser concluídas em apenas algumas horas. Com a redução significativa dos períodos dedicados a tarefas operacionais e sem valor agregado para os negócios, os profissionais ficam livres para focarem em tarefas mais estratégicas para as empresas, como negociações com instituições financeiras e avaliação e gestão das operações financeiras feitas pela empresa.

Além da otimização do tempo dedicado a cada uma das atividades, automatizar a gestão de tesouraria reduz significativamente as chances de erro humano a que o processo está sujeito quando é realizado manualmente. Muitas companhias que não utilizam softwares fazem esse tipo de controle por meio de planilhas Excel, com o risco de deslizes que possam ter grande impacto nos resultados finais.

O fornecimento de informações mais claras e confiáveis sobre a situação financeira das empresas é outro ponto a favor da adoção dos softwares de gestão de tesouraria. Por meio do cruzamento de dados, o programa consegue fazer a projeção de cenários e simular os resultados de diversas operações financeiras. Com essas informações em mãos, é possível, por exemplo, decidir de forma mais assertiva como investir os recursos da companhia de forma a obter maior retorno com menor risco.

O uso de softwares de gestão também possibilita o acompanhamento dos resultados obtidos com as operações financeiras realizadas. Há casos de empresas com aplicações financeiras em bancos que, após a adoção de um software de gestão de tesouraria, percebem que o investimento tem uma remuneração abaixo do informado pela instituição. Ou seja, o instrumento permite renegociar ou redirecionar os recursos da companhia para outras opções mais atraentes.

A adoção desse tipo de ferramenta é fundamental para todas as empresas, mas vem cada vez mais sendo usadas pela as companhias menores, que começam a entender a importância de adotar as melhores praticas do mercado na tesouraria e ter uma gestão de caixa estruturada e profissionalizada.

Com o cenário atual de grandes dificuldades econômicas no Brasil, que atingem empresas de diversos portes e ramos de atividade, a gestão de caixa de forma mais eficiente e profissional é essencial. Ela representa a diferença entre enxergar oportunidades na crise e sair fortalecido dela ou sucumbir às incertezas do mercado.

** Presidente da Sage no Brasil.*

O cenário é de mudanças. Escolha a nº 1 brasileira de auditoria independente. **25 ANOS DE CREDIBILIDADE.**

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800
novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

Siga-nos:

Os mega-acordos comerciais e seus impactos no mundo

As próximas guerras, ao contrário do que se imagina, não se darão nos campos de batalha, mas, sim, nas trincheiras do comércio mundial. Caso sejam autorizados, os mega-acordos de livre comércio alinhavados pelos EUA – o Transpacífico, o Transatlântico e o Tisa - podem mudar drasticamente a dinâmica do comércio mundial.

Dos três, o acordo mais noticiado tem sido o Tratado Transpacífico de Comércio Livre (TPP), assinado em 5 de outubro, por 12 países que, juntos, representam 40% do PIB mundial: Estados Unidos, México, Peru, Chile, Canadá, Japão, Malásia, Cingapura, Vietnã, Brunei, Austrália e Nova Zelândia.

O TPP abrange diversas áreas como recursos naturais, medicamentos, propriedade intelectual, comércio, serviços, armamentos e consiste, principalmente, na quebra de barreiras alfandegárias entre os países-membros. Também faz parte do acordo a criação de regras comuns como, por exemplo, normas no campo de leis trabalhistas e mecanismos para a resolução de controvérsias comerciais entre os países participantes. Aliás, o estabelecimento de novas regras tem sido visto como um meio dos EUA reagirem a certas dificuldades que enfrentam junto à Organização Mundial de Comércio (OMC).

Com esse acordo, os Estados Unidos pretende conter o poder da China na região do Pacífico. Essa preocupação cresce à medida que tomam forma duas iniciativas com forte protagonismo chinês: o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Banco de Investimentos Asiático de Infraestrutura (AIIB), que já conta com a participação de 57 países, alguns inclusive tradicionalmente alinhados com os EUA, como o Reino Unido e a Austrália. Cabe ressaltar que todos os membros dos BRICS também serão fundadores do AIIB.

Em defesa do TPP, o governo americano diz que o acordo criará mais empregos e reduzirá os preços ao consumidor. Mas a questão é polêmica. Os agricultores japoneses, que dependem do subsídio para serem competitivos - principalmente os que cultivam arroz - temem serem prejudicados com a importação de alimentos, que, pelo novo marco, ficariam mais baratos. Os críticos do acordo afirmam que o TPP vai gerar desemprego nos EUA, em benefício de países com salários mais baixos. Segundo eles, padrões trabalhistas comuns, em geral, são sinônimos de nivelar por baixo.

Até agora, uma das maiores ressalvas ao TPP parece ser a questão da patente em relação aos produtos farmacêuticos. Segundo o vencedor do Prêmio Nobel de Economia Joseph E. Stiglitz, a ampliação dos prazos de exclusividade de fórmulas usadas para tratamentos pode "manter os genéricos mais baratos fora do mercado e bloquear concorrentes 'biossimilares' de lançarem novos medicamentos durante anos".

O que diz o Brasil

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, já declarou que o TPP pode ser a pressão que faltava para que o acordo entre o Mercosul e a União Europeia finalmente aconteça. Ele acredita que o Transpacífico não impede que intensifiquemos nossas relações com os EUA, até porque o Brasil está removendo barreiras não tarifárias.

Representantes da indústria e do comércio exterior também torcem para que a parceria Mercosul-União Europeia saia do acordo de intenções e vire realidade. Caso contrário, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) acredita que o TPP pode deixar o Brasil e o Mercosul isolados. E a Associação de Comércio Exterior do Brasil teme que o Brasil perca competitividade no que tange aos produtos industrializados.

A ministra Kátia Abreu, da Agricultura, tem se mostrado muito preocupada com o Transpacífico. Ela destacou a necessidade de o Brasil fazer acordos bilaterais amplos e disse que ao garantir altos subsídios aos produtores norte-americanos, a Farm Bill - lei agrícola aprovada nos Estados Unidos no ano passado – pode causar sérios prejuízos aos agricultores brasileiros.

Diante do clima de insegurança nos diversos setores da economia, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal garantiu que irá realizar audiências públicas para discutir não só o Transpacífico, mas o impacto no Brasil da redução do ritmo de crescimento chinês.

O TTIP e o TISA

A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, mais conhecido como TTIP (em inglês: Transatlantic Trade and Investment Partnership), é outro dos mega-acordos. Firmado entre a União Europeia e Estados Unidos, o TTIP pretende suprimir obstáculos comerciais de uma série de setores da economia visando facilitar a compra e venda de bens e serviços entre os países-membros.

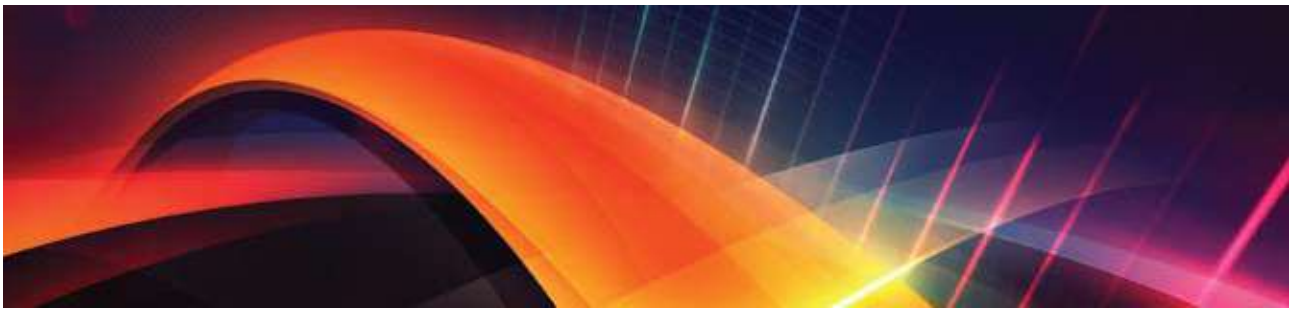
Assim com o Transpacífico, a Parceria Transatlântica é alvo de polêmicas. A maior delas refere-se à cláusula Investor-State Dispute Settlement (ISDS), que permite às empresas processarem os governos – em tribunal arbitral internacional - por causa de políticas que interfiram em suas expectativas de lucros.

A resistência à parceria é tanta entre os europeus que mais de 3 milhões de pessoas já assinaram uma petição no continente pedindo o fim do TTIP.

Dos três mega-acordos, talvez o Trade in Services Agreement (TISA) – ou Acordo para Comércio de Serviços - seja o mais importante, pois engloba mais países que os outros dois e abrange quase 70% do comércio de serviços do globo. O acordo cobre as áreas de finanças, telecomunicações, energia, transporte aéreo e marítimo etc. Infelizmente ainda pouco se sabe a respeito do TISA, já que suas negociações têm acontecido de forma secreta.

A concessão de rodovias amadureceu

*Renato Vale**



O ano de 2015 trouxe um marco para a história da infraestrutura de transportes no Brasil. Neste ano, comemoramos os 20 anos do programa brasileiro de concessões de rodovias, uma iniciativa que permitiu ao setor privado criar um novo modelo de negócio, capaz de dar nova dinâmica aos investimentos em infraestrutura rodoviária do país.

O primeiro ativo rodoviário concedido ao setor privado foi a Ponte Rio-Niterói, um ícone da engenharia nacional. Isso aconteceu em junho de 1995. Foi o Grupo CCR, um dos maiores conglomerados de investimentos e serviços de infraestrutura da América Latina, quem assumiu o projeto, modernizou e ampliou a estrutura da Ponte Rio-Niterói nas últimas duas décadas. Trabalho que impactou positivamente a vida de milhões de pessoas.

Passadas essas duas décadas, o resultado do programa de concessões – que avançou para outros estados – é extremamente positivo. Apesar de ainda necessitarmos de maior desenvolvimento em questões pontuais, é preciso comemorar a significativa evolução do modelo de negócio das concessões ao longo desses 20 anos. O Brasil tem compreendido que o modelo de concessões é a forma mais eficiente para a atualização da infraestrutura brasileira.

A relicitação da Ponte Rio-Niterói por mais 30 anos, em 2015, é um exemplo desse amadurecimento do país. Além da Ponte, durante essas duas décadas foram repassadas à administração privada outras 61 rodovias. Esse processo permitiu que a malha rodoviária brasileira, por onde passa cerca de 60% do PIB brasileiro, recebesse investimento maciço, tornando-a mais moderna e segura para os usuários.

Embora tenha apresentado considerável avanço, as concessionárias privadas administram apenas 9,6% da malha pavimentada do Brasil. É pouco, principalmente se considerarmos a importância das rodovias na movimentação do Produto Interno Bruto do país. Mesmo administrando um décimo da malha pavimentada nacional, o setor de concessões de rodovia prevê investimento de R$ 55 bilhões nos próximos anos.

O Programa de Investimento e Logística (PIL), que teve sua primeira fase lançada pelo governo federal em 2013, e a segunda fase em 2015, tem importância central na aceleração dos processos de concessão. A estimativa das concessionárias é que, já em 2016, a malha concedida no país aumente e passe dos atuais 19,7 mil quilômetros para 26,6 mil quilômetros, o que representa um salto para 13% da malha pavimentada.

Há interesse dos investimentos e a boa notícia é que o governo tem feito visível esforço para destravar o processo de concessão. Faltam apenas iniciativas mais efetivas para garantir um marco regulatório estável no longo prazo, condição fundamental para atrair os investidores.

** Presidente do Grupo CCR.*

EM MOMENTOS DE CRISE, PROTEJA SEU INVESTIMENTO. CONTE COM AS SOLUÇÕES DA PREMIUMBRAVO.

A Premiumbravo tem soluções sob medida para sua empresa.

AUDITORIA INDEPENDENTE
- √ Exame das Demonstrações Financeiras
- √ Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras
- √ Due-Diligence
- √ Assessoria Contábil e Consultas Técnicas
- √ Procedimentos Previamente Acordados

CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- √ Planejamento Tributário e Levantamento de Créditos
- √ Melhoria da Performance Tributária
- √ Tax Compliance
- √ Preços de Transferência
- √ Assessoria Fiscal Permanente
- √ Assessoria em Defesas Administrativas
- √ Consultoria Trabalhista e Previdenciária
- √ Assessoria à Pessoa Física

CORPORATE FINANCE
- √ Assessoria em M&A (compra e venda de empresas)
- √ Avaliação de Empresas (para fins fiscais, contábeis ou societtários)
- √ Gestão de Ativos (avaliação patrimonial, auditoria técnica e revisão da base do imobilizado)

GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS
- √ Consultoria em Gestão de Riscos Operacionais
- √ Inventários Patrimoniais
- √ Auditoria Interna
- √ Auditoria de Sistemas

SERVIÇOS ESPECIAIS
- √ Recuperação de Depósitos Judiciais Inativos
- √ Assessoria na Performance de Processos de Compra (*procurement*)
- √ Assessoria na Determinação da Base de Remuneração Regulatória no Setor de Saneamento e Energia
- √ Identificação de Ativos Fiscais
- √ Outsourcing de Serviços em Conteúdo Local Oil & Gas

www.premiumbravo.com.br
contato@premiumbravo.com.br

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto, 610
2º andar - Península Office
Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22.775-057
TEL: +55 21 3547-0076
+55 21 3410-3679

SÃO PAULO
Rua Arandu, 281
Conjunto 31
Brooklin - São Paulo - SP
CEP: 04562-030
TEL: +55 11 2619-6633
+55 11 2619-6664

premiumbravo @premiumbravo premiumbravo

premium bravo
AUDIT | TAX | ADVISORY
Ethics, Quality and Intelligence

CASTELO ALIMENTOS

A Castelo Alimentos, uma das principais indústrias do segmento de temperos e conservas, comemora 110 anos da marca com o título de uma das "200 Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que mais crescem no Brasil", concedido pela Revista Exame PME e consultoria Deloitte.

Esta é a segunda vez consecutiva que a Castelo Alimentos se destaca na pesquisa. Na edição de 2015, a empresa ocupa 93ª posição, superando a 96ª posição conquistada no período anterior. Mesmo com início da recessão econômica no ano passado, a receita líquida da Castelo passou de R$ 65. 359.000,00 (em 2012) para R$ 101.196.000,00 (2014), o que corresponde a um aumento de 54,83% nos últimos três anos.

Com sede em Jundiaí (SP), a Castelo Alimentos conta com cerca de 200 funcionários e uma produção que atinge cerca de 90 milhões de litros de vinagre por ano, mais de um terço de todo o mercado nacional. Seus produtos são exportados para mais de dez países, entre eles: Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Cuba, Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, Japão, Moçambique, Paraguai, Portugal e República Dominicana.

PSA PEUGEOT CITROËN

A PSA Peugeot Citroën tem como um de seus eixos prioritários de desenvolvimento no mundo contribuir para a melhoria das condições sociais das regiões onde está implantada industrialmente, como acontece com o Estado do Rio de Janeiro. Assim, passou a apoiar o Projeto Social "Tênis para Todos", que oferece aulas de tênis para jovens de comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro. As aulas são ministradas no Sheraton Rio Hotel & Resort. É a segunda vez que a empresa apoia este Projeto, sendo a sua primeira participação em 2013.

Criado em 2011, o Projeto trabalha com jovens entre 10 e 18 anos de idade e busca, através da prática do tênis alinhada aos estudos, diminuir a violência urbana e a desigualdade social, dando-lhes a oportunidade de aprender a disciplina e os valores positivos do esporte.

O Projeto oferece, adicionalmente, a possibilidade de aulas de computação através de uma parceria com o Shopping Leblon, bem como aulas de inglês através de uma parceria já em prática nas dependências do Hotel Sheraton Rio. O "Tênis para Todos" já ajudou mais de 300 pessoas diretamente ou indiretamente.

ACRILEX

A Acrilex é considerada a maior fábrica da América Latina no segmento de tintas para manualidades e está entre as maiores empresas nos segmentos de tintas artísticas e escolares, possuindo mais de 10 mil pontos de vendas somente no Brasil. Exporta para quase toda América Latina além de alguns países da Europa e África.

Durante muito tempo a empresa foi atendida por um serviço de e-mail e de hospedagem de site sem muitos problemas. No entanto, com a evolução do uso da Internet como ferramenta de apoio aos negócios e na divulgação da sua linha de produto, estas soluções não acompanharam as necessidades da empresa, que investe bastante em várias atividades que promovem o uso de seus produtos: cursos, eventos, vídeos, workshops, entre outras ações de marketing.

A empresa usava um servidor de e-mail em código aberto que ficou ultrapassado e optou pela plataforma Google Apps for Work, que passou a fornecer a mensageria e também o Google Drive sendo bastante utilizado para o armazenamento de uma grande quantidade de arquivos e documentos. Para conduzir esta migração de ambiente a empresa contratou a Dedalus Prime, primeiro Cloud Broker Services brasileiro, com grande experiência na identificação das necessidades das empresas que estão iniciando sua jornada para a computação em nuvem, como é o caso da Acrilex.

FOLHAS DE OLIVA

Conhecida desde a antiguidade como meio de cura, a Oliveira passou a ser uma importante referência no campo dos alimentos funcionais, principalmente por meio do azeite, que é considerado a melhor gordura para o consumo.

A empresa Folhas de Oliva busca inovar e oferecer através de seus produtos uma experiência única. Seus produtos proporcionam um paladar especial e de forma natural. Em seu amplo portfólio, a marca traz a linha "Toque de Cachaça", que surgiu para potencializar o sabor dos alimentos, com o pioneirismo em unir a folha de oliva com a mais brasileira das bebidas: a cachaça.

A junção desses sabores trouxe para o mercado produtos especiais.

O Fire OIive Pepper, lançamento da marca, traz um sabor a mais com a cachaça. É uma pimenta Bhut Jolokia curtida na cachaça Cambarissú. Ideal para pratos que harmonizam com o alto teor de picância da pimenta Bhut.

As Azeitonas Toque de Cachaça são produzidas sem agrotóxicos, e possuem o suave e saboroso toque de cachaça. Um aperitivo natural, que pode ser usado em diversos pratos ou para uma simples degustação para um momento único ao paladar.

ABIOVE

Um novo recorde na produção de soja na safra 2015/2016 é a previsão da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). A entidade projeta uma produção de 97,8 milhões de toneladas de soja, 3 milhões a mais do que o volume estimado para a safra deste ano. A projeção da Abiove poderá ser ultrapassada e a produção chegar a 100 milhões de toneladas, dependendo das condições meteorológicas.

As novas projeções para o complexo soja, divulgadas disponíveis no site da Abiove – www.abiove.org.br, são acompanhadas dos dados estatísticos mensais de agosto. A amostragem de janeiro a julho representa entre 81% a 85% do setor, enquanto a de agosto, entre 77% a 81%.

TERMINAL SANTOS BRASIL

O ministro-chefe da Secretaria de Portos, Edinho Araújo, assinou contrato de prorrogação antecipado do terminal da Santos Brasil, localizado no porto de Santos (SP). A renovação do contrato, que garantirá investimentos da ordem de R$ 1,2 bilhão, foi publicada no Diário Oficial da União.

O ministro informou que este é o sexto contrato de prorrogação antecipada assinado pela Secretaria de Portos após a nova Lei dos Portos (nº 12.815 de 2013). "A prorrogação antecipada da Santos Brasil vai dotar o maior porto da América Latina de um terminal de contêineres de alta capacidade e eficiência, permitindo a Santos e ao País estarem capacitados para receber navios de grande porte e mais modernos nas próximas décadas. Vai dinamizar nosso comércio internacional, reduzindo o custo Brasil", afirmou Edinho Araújo.

O documento assinado prevê a prorrogação do contrato até o ano de 2047, condicionado à garantia de investimentos por parte da empresa, no valor de R$ 1,2 bilhão com a realização de obras e intervenções que deverão garantir aumento da capacidade de 1,5 milhão de contêineres por ano. Entre as obras previstas que serão executadas pela empresa, estão a ampliação do cais e dos pátios, novos porteineres e quatro novos ramais ferroviários.

A prorrogação antecipada está prevista na Lei dos Portos e visa dar segurança aos arrendatários instalados nos portos brasileiros como forma de antecipar investimentos significativos, tendo a garantia de prazo para amortizá-los.

Como tornar o ambiente corporativo menos suscetível à fraudes?

*Cynthia Catlett e Daiane Fernandes Nabuco**

O Brasil vive neste exato momento uma crise econômica e política ancorada em denúncias de corrupção envolvendo políticos e algumas das maiores empresas brasileiras. Mais do que afetar o desempenho econômico brasileiro e onerar a população – cada vez mais insatisfeita -, as denúncias têm mudado a mentalidade nas empresas e, principalmente, dos envolvidos nos processos de seleção e contratação de funcionários. No entanto, ainda há uma pergunta pertinente a ser feita: Há algum método eficaz de tornar o ambiente corporativo e seus profissionais menos suscetíveis às fraudes?

Atualmente, as empresas vêm investindo na melhoria dos seus processos, criando controles mais robustos que possam mitigar ou até mesmo prevenir no acometimento de fraudes, gerenciando assim os riscos que as mesmas estão suscetíveis. A busca por esse aperfeiçoamento tem influenciado também na avaliação do perfil dos fraudadores e dos motivos pelos quais estes realizaram as fraudes, pontos que vêm sendo explorados pelas organizações e que devem ser levados em consideração pelos departamentos de Recursos Humanos, tanto nas novas contratações, quanto na aculturação pelas organizações.

Apesar do forte apelo ético e moral quando falamos sobre fraudes, é importante ter consciência que esses atos ilícitos também provocam perdas financeiras e acarretam diversas outras implicações, fazendo com que o ambiente de trabalho tenha um clima de insegurança e desconfiança entre os funcionários e suas chefias e, em um âmbito geral, ocasionam suspeitas e desconfianças quanto à capacidade de gestão dos seus administradores.

Um dos motivos do crescimento das fraudes é a eliminação de algumas funções da administração corporativa e de controles essenciais em diversos níveis organizacionais. As fraudes, atualmente, possuem diversas formas e características, tornando-se complexas e sofisticadas. Desta forma, são cada vez mais necessárias e importantes, ações, medidas e controles eficazes, que acompanhem os processos tecnológicos e que tornem um ambiente mais seguro, de forma que se possa trabalhar preventivamente.

Já com relação ao fraudador, os principais motivos que o levam a cometer esse ato vão muito além do que pressão no ambiente de trabalho e processos e controles corporativos fracos. O gargalo principal, e que deve ser trabalhado, está na aculturação das pessoas e organizações, principalmente, relacionadas às questões éticas e morais.

** Cynthia Catlett é Managing Director da FTI Consulting Brasil e Daiane Fernandes Nabuco é Director da FTI Consulting Brasil.*

NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE O
CORCOVADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete
com hora marcada!

corcovado.com.br

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

Um espaço de trabalho bem pensado

*Barbara Makant**

Muitas vezes em projetos de design de interiores (ou arquitetura de interiores) desenvolvidos para salas comerciais, o princípio do funcionalismo impera de forma cega, a ponto de tornar o ambiente de trabalho nada agradável. De acordo com o princípio do funcionalismo, uma vez satisifeitos os aspectos funcionais do espaço, a beleza surgirá de forma natural, conforme preconizado pelo célebre arquiteto americano Louis Sullivan (que, ironicamente, fazia uso extenso de ornamentos em seus projetos de arquitetura). Isso pode até ser verdade para projetos de edifícios comerciais, onde o volume e a distribuição de espaço são vistos em escalas maiores, mas em espaços internos (menores), nem sempre isso é possível.

Afora o funcionalismo, o receio de inovar e a necessidade de se atender ao que já é senso comum, faz com que os espaços de trabalho não sejam nada inspiradores. Quem disse que um escritório de advocacia não pode ter um toque de cor e audácia, por exemplo? O mundo profissional já não é mais tão austero como no passado e os ambientes de trabalho

devem refletir a flexibilidade que se prega no dia a dia de trabalho. Isso não quer dizer que todos os escritórios devem seguir o padrão Google, por exemplo, que são despojados em sua essência, mas pequenos detalhes podem ser incorporados para trazer um pouco mais de conforto, calor humano e inspiração ao ambiente de trabalho.

São em pequenos detalhes, como no uso de luminárias diferentes (além das tão usadas lâmpadas fluorescentes em luminárias que mais nos lembram centros cirúrgicos) ou até mesmo com um toque de cor, que conseguimos transformar um espaço de trabalho em algo mais aconchegante e amigável, fazendo com que os funcionários se sintam à vontade e motivados. O uso da madeira, por exemplo, é muito importante para a melhor absorção de ruídos, além do "calor" que traz a um espaço todo branco e estéril.

Em projetos comerciais de design de interiores, são muitos os fatores que devem ser levados em consideração para que a forma sirva à funcionalidade proposta, mas que também influencie e conduza o comportamento do usuário daquele espaço. Longe de ser uma simples reforma de uma sala comercial, nesse tipo de empreendimento, é necessário que se faça um estudo personalizado sobre fatores que farão a diferença no uso daquele espaço.

Em um projeto que desenvolvi para um pequeno escritório de advocacia em um prédio comercial em Ipanema**, fiz muito uso de madeira (misturada com formica texturizada) para trazer mais aconchego e elegância ao espaço, só que usada em tons mais claros, que também dão uma leveza ao ambiente. A iluminação foi pensada de forma funcional, já que é um ambiente de trabalho, com muita leitura, mas os pendentes com "ar industrial" trouxeram uma jovialidade e irreverência ao espaço, refletindo a personalidade dos sócios e do escritório como um todo. O painel azul vazado cria um tipo de corredor conduzindo os clientes e visitantes direto à sala de reunião, sem obstruir a luz natural que invade o espaço, contribuindo para uma convivência mais agradável. Ou seja, tudo foi pensando em seus mínimos detalhes de forma a promover o bem estar dos funcionários e dos clientes, mas também de forma a refletir uma identidade visual do trabalho ali desenvolvido, sempre de forma leve e com um toque de irreverência.

Fato é que as empresas precisam investir cada vez mais em um ambiente de trabalho atraente, agradável e confortável, que convide todos (funcionários e clientes) a entrar e desfrutar da qualidade do espaço.

(Projeto desenvolvido em parceria com a arquiteta Camila Missura).**

** Designer de interiores.*

A arte de cortar na carne

*Ilan Goldfajn**

Muitos são a favor do ajuste fiscal em tese, mas ninguém está disposto a pagar essa conta.

Considero o núcleo da crise no Brasil a dificuldade política de equacionar o problema das contas públicas. O resto é consequência. Mas a equação fiscal/política é difícil. Muitos pedem para o governo reduzir as despesas, cortar na carne. Mas o que significa isso? O que é necessário para, de fato, cortar na carne?

Hoje, as crises política e econômica se realimentam. A situação fiscal é delicada e requer coesão política para adotar medidas firmes, que inevitavelmente desagradarão a poucos (ou muitos) no curto prazo, em prol de um benefício comum difuso, que só surgirá no futuro. Liderança e coesão política aqui são essenciais. Na ausência de condições políticas, a recessão se aprofunda, as receitas do governo caem, e o problema fica maior. A insatisfação popular piora o clima político, fechando o ciclo vicioso.

Se a economia retomasse por conta própria, aliviaria a crise. Com a volta do crescimento do PIB, a receita dos impostos aumentaria, o desemprego pararia de crescer, e o governo ganharia fôlego para administrar os problemas. Mas a economia não retomará por conta própria. A incerteza fiscal/política impede a recuperação da economia.

Enquanto não houver clareza sobre como o problema fiscal será equacionado, dificilmente o investimento vai se recuperar. Há um ajuste fiscal em torno de 3,5% do PIB a ser feito (e mais 0,3% ao ano, por causa do crescimento dos gastos da Previdência). É o necessário para estabilizar a dívida em condições normais de "temperatura e pressão" da economia. Enquanto não ficar claro quem pagará a conta, vários projetos não sairão da gaveta. A atitude é esperar para ver, pois falta confiança.

Sem a volta do investimento, dificilmente a economia se recupera. Portanto, sem equacionar o fiscal, não haverá retomada da economia.

Muitos são a favor do ajuste fiscal em tese, mas ninguém está disposto a pagar essa conta. O pedido coletivo é que o governo reduza seus próprios gastos, corte na própria carne. Mas como?

A intuição é que há espaço para cortar, já que se gastam 40% do PIB, e a população não recebe os serviços públicos adequados. A percepção (correta) é que deve haver ineficiências que, se forem ser corrigidas, resultarão em economia de preciosos recursos. A boa gestão pública é essencial para o ajuste fiscal no longo prazo e para a sensação de direito e justiça no país.

O combate às ineficiências é um processo longo e requer mudanças de incentivos e regras. É urgente começar imediatamente. Mas os resultados virão no longo prazo. Para retomar a economia e sair dessa crise, será necessário de fato escolher entre aumento de impostos, corte de gastos e/ou benefícios.

Mas como cortar as despesas?

Infelizmente, o ajuste fiscal por meio de corte em despesas discricionárias — as que podem ser manejadas no curto prazo, sem mudanças nas leis — não é suficiente. O Orçamento público é engessado por despesas garantidas por lei, que tendem a crescer no longo prazo. Hoje em dia cerca de 75% do gasto do governo federal são obrigatórios (por exemplo, gastos com Previdência, renda mensal vitalícia, pessoal). Outros 10% estão indexados à receita, como o gasto de custeio em saúde e educação. Menos de 15% das despesas são discricionárias. Se cortar metade dos gastos discricionários, a economia será de apenas 1,2% do PIB.

Na ausência de reformas, um ajuste unicamente pelo lado das despesas para ajustar 3,5% do PIB parece dramático. Não bastaria ter uma reavaliação total do programa Minha Casa Minha Vida e do investimento, cortes na contratação e reajustes de pessoal, fortes ajustes nos critérios de concessões de diversos benefícios e outros (veja detalhes em artigo recente meu com Luka Barbosa). Para cortar gastos de fato, é preciso uma ampla revisão nas regras que determinam os gastos, reavaliação das despesas sociais e do tamanho do Estado. Sem isso, a tendência dos resultados fiscais é seguir em trajetória de queda. Também é necessário permitir que o governo tenha controle sobre as despesas por meio da desvinculação das receitas das despesas, ampliando o escopo do projeto no Congresso (Desvinculação das Receitas da União - DRU), que propõe desvinculação de 30% das receitas oriundas das contribuições sociais e econômicas.

A reforma mais importante é a da Previdência, cujo gasto cresce 0,3% do PIB ao ano, o que não é sustentável. Será necessário aumentar a idade média de aposentadoria (alinhando com a expectativa de vida maior e a capacidade de pagamento) e desvincular o piso do benefício previdenciário do aumento do salário-mínimo (que tem crescido acima da inflação). Para estabilizar os gastos previdenciários como proporção do PIB, seria preciso que a idade mínima de aposentadoria fosse ajustada para 65 anos de idade (hoje, cerca de 35% das pessoas se aposentam por tempo de contribuição com 55 anos) e que o reajuste aos aposentados fosse em linha com a inflação.

Em suma, para o governo cortar na própria carne e realizar o ajuste fiscal de 3,5% do PIB, serão necessários não somente cortes dramáticos em várias despesas discricionárias do governo, mas também a aprovação de reformas importantes no Congresso. Algo me diz que, infelizmente, vamos continuar discutindo aumento de impostos.

Artigo publicado no Jornal O Globo 6/10/2015

Economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco.

ESTRATÉGIA ADEQUADA, RESULTADO GARANTIDO

- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

BRANCO

www.brancoconsultores.com

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

Conheça a história da executiva brasileira e mãe de três filhos que hoje lidera multinacional em Houston

A brasileira Luciana Paiva, Diretora de Negócios para a América Latina da multinacional dinamarquesa Targit, recentemente assumiu também as operações da empresa no Texas, Estado norte americano com 2º maior produto interno bruto do país.

Muito jovem, a Diretora de Negócios da Targit já era mãe de três filhos aos 21 anos de idade e conta que conheceu o seu primeiro marido quando era estagiária da Autolatina - joint venture entre a Ford e a Volkswagen. Na época, com 17 anos, Luciana ficou sabendo que o futuro marido tinha a intenção de seguir a vida religiosa ao invés da carreira de Gerente de Recursos Humanos no Brasil e, ao apoiar a decisão dele, casou-se muito jovem e foi morar nos EUA.

Aos 20 anos, casada e com dois filhos pequenos, a executiva foi com o padre ortodoxo expatriado para um monastério russo em Nova York, onde morou por oito anos em outra realidade, mas sem deixar de procurar novas oportunidades de trabalho. Foi nos Estados Unidos que a executiva teve seu terceiro filho e pôde acompanhar o advento da Internet, entre outras novidades que o Brasil ainda não tinha acesso.

"Fui surpreendida com o Windows, o mouse e a Internet, sendo que uma das experiências mais interessantes que vivi naquela época foi o envio de cartas para os meus familiares no Brasil porque em Nova York eu já me comunicava por e-mail. Era um mundo diferente e novo para mim", conta.

Para acompanhar o que estava acontecendo e em busca de trabalho, Luciana se graduou em Business Technologies pela New York University e começou a trabalhar no MCI Worldcom, corporação americana, gigante de telecomunicação na época. "O grande diferencial, que me abriu portas na MCI, é que eles precisavam de alguém que falasse espanhol e português para gerir uma equipe multicultural", conta a executiva.

Com a carreira deslanchando, a executiva alternava o horário de trabalho com o marido e contava com o apoio de uma babá russa para cuidar dos filhos. "Era corrido, mas nos Estados Unidos tínhamos horários flexíveis para conseguir conciliar o trabalho e a família".

Foram oito anos morando fora, com passagem pelo maior banco de crédito americano da época, o First USA Bank. Em 2000 e de volta ao Brasil, após a separação matrimonial se reencontra com o primeiro namorado e hoje marido, que tinha conhecido antes de ter tido um relacionamento com o padre ortodoxo.
"Meu ex-marido e eu somos parceiros para a vida toda por conta de nossos filhos. Mas, o mais surpreendente de tudo isso é reencontrar alguém tão especial depois de tantos anos", afirma Luciana.

Com a vida amorosa e a carreira profissional em sintonia, a executiva decidiu fazer um MBA e migrar para a área de tecnologia. "É um mercado dominado por homens, mas resolvi me arriscar devido à experiência que adquiri morando fora", diz.

Em 2009 migrou para a empresa PA Latinoamericana e foi a responsável pela vinda da multinacional dinamarquesa Targit no Brasil, em meados de 2010. Com o seu know-how e sensibilidade para o mercado, Luciana se tornou a responsável pelos negócios para a América Latina e agora, em 2015, adiciona as operações do Texas a sua área de responsabilidade.
O CEO mundial da Targit, Morten Sandlykke, está confiante com a parceria. "Luciana demonstrou uma enorme determinação e paixão ao estabelecer nosso negócio no mercado brasileiro. A executiva sabe agregar valor ao cliente e, por isso, estamos ansiosos para vê-la gerir nossa nova operação no Texas, tenho certeza absoluta que ela terá grande sucesso no novo desafio", finaliza.

História do Futuro: O horizonte do Brasil no século XXI, de Míriam Leitão

Míriam Leitão, vencedora do "Prêmio Jabuti de Não Ficção", jornalista aponta e analisa tendências para o Brasil nas próximas décadas.

"O tempo presente e o tempo passado
Estão ambos, talvez, presentes no tempo futuro
E o futuro contido no tempo passado.
Se a plenitude do tempo é eternamente presente,
O tempo, como um todo, é irredimível"
(T.S. Eliot)

Em "Tempos extremos", que marcou a sua estreia como romancista, em 2014, Míriam Leitão recorreu ao flagelo da escravidão e aos porões da ditadura para revelar o drama de uma família dividida por conflitos afetivos e políticos. Agora, a jornalista e escritora, vencedora do Prêmio Jabuti de Não Ficção, em 2012, volta ao seu "habitat natural": a reportagem. Nesse caso, uma audaciosa investigação sobre o horizonte do país, com o desafio de olhar para além do imediatismo do presente e mapear as principais tendências para as próximas décadas. História do futuro: O horizonte do Brasil no século XXI, lançado pela **Editora Intrínseca**, é fruto de quatro anos de entrevistas, viagens, análises de dados e depoimentos de especialistas que revelam o que está por vir — considerando as vocações e potencialidades do país.

A premiada jornalista parte da análise de dados concretos para fazer prospecções em áreas como meio ambiente, demografia, educação, economia, política, saúde, energia, agricultura e tecnologia. Ela ressalta que, por mais que a crise aponte para um cenário pessimista no curto prazo, é possível supor que o Brasil atingirá níveis elevados de desenvolvimento nas próximas décadas. Em dez anos, por exemplo, o país pode dobrar sua produção de grãos e, ao mesmo tempo, alcançar o desmatamento líquido zero. "Podemos nos abater pelo pessimismo ou fazer um balanço racional dos muitos acertos e vários erros e assim organizarmos o futuro do país", defende a autora em entrevista para o blog da Intrínseca.

Não se trata, portanto, de um mero exercício de futurologia. Nas últimas décadas, o país atravessou uma série de desafios: vencemos a ditadura, a hiperinflação e enfrentamos a corrupção de forma mais contundente. Se olharmos atentamente a cena atual, veremos no presente os vestígios do passado e também as sinalizações para o futuro. Esse caminho já está mapeado. Basta darmos os passos certos.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário • Societário • Energia • Oil & Gas
Telecomunicações • Financeiro • Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • CURITIBA • BELO HORIZONTE • BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: BUENOS AIRES • LIMA • SALT LAKE CITY • MIAMI • NEW YORK

72% dos brasileiros querem liberdade para escolher fornecedor de energia elétrica

Pesquisa nacional do Ibope mostra que desejo de portabilidade da conta de luz pela população cresce em 2015

Sete de cada dez brasileiros querem liberdade de escolha do seu fornecedor de energia elétrica, do mesmo modo como contam com a possibilidade de selecionar a sua operadora de telefonia celular. Pesquisa encomendada ao Ibope em todo o País pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) revela que o desejo da portabilidade da conta de luz saltou de 66% no ano passado para 72% da população em 2015.

Os cidadãos da classe AB, com rendimento acima de cinco salários mínimos, bem como a população com curso superior e moradora de regiões metropolitanas, representam os segmentos mais propensos a adotar a liberdade de escolha no setor elétrico. Dos entrevistados, 44% acreditam que a portabilidade da conta de luz vai permitir a redução nas tarifas do setor. "O brasileiro em geral quer mais autonomia para gerir a sua conta de energia elétrica e acredita na força da competição como elemento indutor para a redução de preços na área", afirma Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel. Segundo ele, as infrutíferas intervenções governamentais nos últimos anos contribuíram para aumentar essa percepção entre os cidadãos.

A Abraceel apoia o projeto de lei da Portabilidade da Conta de Luz encampada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa das Energias Renováveis, Eficiência Energética e Portabilidade da Conta de Luz. Entre outras medidas, por meio dessa nova legislação, todos os consumidores, inclusive os residenciais, poderão ser livres para escolher seu fornecedor de eletricidade.

Caso o projeto seja aprovado e implementado, 72% dos brasileiros desejam trocar imediatamente o seu atual fornecedor de eletricidade. Um desejo seis pontos percentuais maior do que o verificado em mesma pesquisa realizada em 2014. "Provavelmente, a insatisfação com o aumento brutal das tarifas nos últimos meses tenha contribuído com essa disposição maior para mudança", explica Medeiros. Isso éjustificado pelo fato de que 64% dos que afirmam ter a intenção de substituir concessionária dizem que fariam isso em razão dos preços praticados.

A geração distribuída de energia também estána agenda do cidadão brasileiro. Quase 90% dos brasileiros afirmam que gostariam de poder gerar energia elétrica em suas residências, 12% a mais do que a disposição verificada em levantamento de 2014. "O mercado livre de energia éo melhor ambiente para que essa iniciativa seja aplicada e funcione a contento", complementa Medeiros.

A pesquisa do Ibope foi encomendada como subsídio para a campanha A Energia para o Brasil Crescer é Livre, promovida pela Abraceel em 2015, com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e mais 60 empresas e organizações da sociedade civil. A iniciativa tem como objetivo promover a liberalização do setor elétrico brasileiro, por meio da aprovação do projeto de lei da Portabilidade da Conta de Luz.

"O Congresso Nacional jáse sensibilizou para conceder o direito da liberdade de escolha de fornecedor de energia para o cidadão, como já ocorre nos países da União Europeia, dos Estados Unidos, do Canadáe atémesmo nações latino-americanas, como a Colômbia", raciocina Medeiros.

Atualmente, os poucos consumidores brasileiros que podem escolher seu fornecedor, sobretudo grandes indústrias e empresas, contam com tarifas 20% menores do que as praticadas no mercado cativo. Para o presidente da Abraceel, isso é um sinal inequívoco de como a ampliação da liberdade de escolha para todos os consumidores, inclusive os residenciais, pode contribuir para a queda dos preços. "Isso vai significar, além de maior competitividade para a indústria, um fator determinante para reduzir a indexação dos contratos no setor, contribuindo assim para a queda nas taxas de inflação", complementa Medeiros.

A pesquisa Ibope sobre o setor de energia elétrica contou com 2.002 entrevistas realizadas em todo o Brasil, com pessoas acima de 16 anos. O intervalo de confiança éde 95% e a margem de erro estimada é de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo sobre os resultados encontrados na amostra.

SOBRE A CAMPANHA A ENERGIA PARA O BRASIL CRESCER É LIVRE

Com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e mais 60 empresas e organizações da sociedade civil, a Abraceel promove a campanha A Energia para o Brasil Crescer é Livre com o objetivo de mostrar como a liberalização do mercado de energia elétrica é fator fundamental para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

QUEM CONHECE CONFIA

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa,
desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritórios: Barra da Tijuca - Centro - Valqueire

Tel. 55+(21)2224-3794 / 2238 8148 www.ppfbrazil.com.br

Impostômetro da Associação Comercial de SP registrou R$ 1,5 trilhão

O Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) atingiu em outubro, às 10h50, a marca de R$ 1,5 trilhão. O valor - alcançado 17 dias antes do que em 2014 - representa o total pago em impostos, taxas e contribuições pelos brasileiros em 2015.

"Apesar da recessão, a carga tributária continua subindo. O governo precisa controlar seus gastos o mais rapidamente possível. Recriar impostos e aumentar alíquotas - como quer o governo - não é viável e apenas vai fazer com que a população seja ainda mais onerada", diz Alencar Burti, presidente da ACSP e da Facesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo).

Ele destaca que, como a arrecadação do governo está caindo em termos reais (descontando-se a inflação), ele fica tentado a elevar a tributação. "Isso só vai aprofundar a recessão e o desemprego. Ao governo só resta controlar melhor os gastos, que é o que todo mundo está fazendo. O momento exige isso. Além disso, precisamos ficar vigilantes com as pautas-bomba que tramitam no Congresso, porque - se forem aprovadas - vão explodir no bolso do brasileiro", conclui.

As consequências da alta carga tributária brasileira podem ser observadas nos preços dos produtos típicos de Dia das Crianças. O videogame - um dos campeões de vendas teve 72,18% do seu valor composto por tributos.

E não para por aí: a pegada dos impostos também está presente nos calçados. Nos tênis importados, chega a 58,59% do preço final. Já nos equivalentes nacionais, a mordida é de 44%.

No levantamento, feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, mais um gol contra: a bola de futebol tem 46,49% de seu preço destinado ao pagamento de taxas, contribuições e impostos.

A lista completa com a tributação de alguns produtos pode ser vista abaixo :

- Aparelho MP3 ou iPod - 49,45%
- Bicicleta - 45,93%
- Binóculos - 51,71%
- Bola de futebol - 46,49%
- Computador acima de R$ 3.000,00 - 33,62%
- Computador abaixo de R$ 3.000,00 - 24,30%
- Brinquedos - 39,70%
- Bijuterias - 43,36%
- Guitarra - 39,06%
- Jogos de videogame - 72,18%
- Livros - 15,52%
- Patins - 52,78%
- Videogame - 72,18%
- Roupas - 34,67%
- Xilofone - 39,92%
- Teatro e cinema - 30,25%
- Telefone celular - 33,08%
- Televisor - 44,94%
- Tênis Nacional - 44,00%
- Tênis Importado - 58,59%

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - IBPT

A questão cultural nas negociações internacionais

*Leonardo Arozena**

As economias brasileira e chinesa não estão imunes à desaceleração econômica mundial. Os números recentemente negativos da balança comercial sino-brasileira, comparados aos US$ 83 bilhões movimentados em 2013, por exemplo, não deixam dúvidas disso. Mas a crise também abre oportunidades de negócios entre os dois países. Senão vejamos. Em maio último, a presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Li Keqiang assinaram acordos de investimentos no valor de US$ 53,3 bilhões nas áreas de agronegócio, autopeças, equipamentos de transportes, energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, armazenamento e serviços.

Se o cenário econômico permitir, essa parceria poderá ser ampliada, exatamente como no princípio dos anos 2000. Afinal, a China tem grande demanda por energia, minerais e commodities. O Brasil, por sua vez, é rico nesses recursos. Temos a maior diversificação mundial na produção de commodities, como açúcar, etanol, soja, algodão, milho, trigo, café, suco de laranja, tabaco, carne, aço, ferro, alumínio, cobre e petróleo. Embora com esse vasto campo produtivo, o país representou 1,13% das exportações mundiais em 2014, concentrando aproximadamente 60% na produção de commodities agrícolas e minerais.

Outro dado significativo se encontra na distribuição das micro, pequenas e médias empresas. Elas representam cerca de 98% das empresas do setor produtivo e são responsáveis por 60% da oferta de empregos, 42% da massa salarial, 25% do PIB e por pífios 9% das exportações. Já na Itália, as PMEs representam 60% das exportações; nos Estados Unidos, 54%; no Japão, 50%, na Coreia do Sul, 48%; e, na Alemanha, 45%.

Mas fazer negócios com estrangeiros, nesse caso os chineses, exige, além de bons argumentos de vendas e excelentes produtos, conhecê-los em detalhes. Entre os diversos fatores presentes em uma negociação, o mais influente é, sem dúvida, o da cultura. Para se ter uma ideia da sua importância, em torno de um terço das negociações falham por causa do desconhecimento cultural. Alguns componentes, como religião, humor e protocolo, por exemplo, certamente não podem ser ignorados. Respeitá-los e entendê-los influencia positivamente em todo um processo de negociação.

De forma geral, os orientais são extremadamente reservados e cuidadosos. Em um ambiente de negócios, eles pouco falam, não se deixam levar pelo clima de intimidade fora do contexto da negociação, além de evitarem conflitos e objetivarem acordos sempre sobre bases muito sólidas. As negociações acontecem em lugares determinados, como feiras (a de Cantão, em outubro, é uma excelente oportunidade) e mesmo durante visitas às fábricas. Ao contrário do que acontece na cultura brasileira, o almoço ou jantar serve apenas para brindar ao sucesso de uma negociação e não para fechá-la propriamente dito.

Diariamente, muitos negócios Brasil-China são colocados em risco, ou até mesmo perdidos, em razão das sutilezas culturais, pouco compreendidas pelos brasileiros. Portanto, lidar bem com as diferenças é um desafio, uma competência valiosa e uma grande oportunidade para a abertura de um relacionamento transparente com os chineses.

Obviamente, na busca das melhores oportunidades, fornecedores, qualidade e preço, além dos fatores culturais é essencial conhecer também os elementos do próprio negócio: uma boa descrição do produto, suas características técnicas, a matéria-prima, além de estipular um target price realista. Tudo isso ajuda e pode fazer com que a negociação deixe de ser simplesmente uma negociação de "toma lá, dá cá" para transformar-se em uma negociação respeitosa, duradoura e, principalmente, justa e boa para ambas as partes.

** Diretor da Prosperity Comex.*

Nem todas as empresas que pedem recuperação judicial precisam realmente dela

*Fernando Tardioli**

"Cabe aos credores o papel de fiscalizar a necessidade de abertura da recuperação judicial. Nessa hora, os responsáveis pelo processo solicitarão provas da seriedade da crise vivida pela marca."

A crise econômica vivenciada pelo Brasil, combinada com as altas taxas de juros, fez com que diversas empresas recorressem nos últimos meses à Recuperação Judicial, que deve ser pedida para que as companhias superem crises financeiras momentâneas. O procedimento consiste na negociação de um plano para que a empresa e seus credores entrem em acordo, com a fixação de novos prazos e condições para o pagamento das dívidas.

Varas de falências e fóruns receberam, no primeiro semestre deste ano, o maior número de pedidos de recuperação judicial para o período desde 2006: foram 492, de acordo com um levantamento feito pela Serasa Experian. Lideram os requerimentos de recuperação judicial, de janeiro a junho de 2015, as micro e pequenas empresas – foram 255 pedidos; já as médias realizaram 147, e as grandes, 90.

Para entrar em recuperação judicial, as empresas devem entrar com o pedido, a fim de que o juiz o autorize. Após a autorização, um dos efeitos é que todas as execuções e protestos contra a empresa sejam suspensos, para que ela renegocie essas dívidas com os seus credores.

O que juristas experientes observam, porém, é que nem todas as empresas que têm se socorrido da Justiça por meio de pedidos de Recuperação Judicial têm essa real necessidade. E o que temos presenciado uma série de abusos. Algumas empresas pedem a recuperação judicial apenas para aproveitar os altos percentuais de deságio que vêm sendo impostos aos credores.

Autorizadas a prosseguir com o processo de recuperação judicial, as empresas devem elaborar um plano de recuperação que deverá conter as condições de pagamento de cada um dos credores, divididos de acordo com a natureza de seus créditos ou a sua condição, em quatro grupos: credores trabalhistas, credores com garantia real (por exemplo, hipotecas), credores sem qualquer garantia (também conhecidos como quirografários) e credores constituídos como micro e pequenas empresas.

Em seguida, o juiz responsável pela ação checará se estão presentes os requisitos mínimos para que autorize o início da Recuperação Judicial. Feito isso, será indicado um Administrador Judicial para auxiliá-lo na condução do processo, seguindo-se do envio de aviso a todos os credores, informando que a Companhia requereu Recuperação Judicial, e, em um pra-

zo de até 60 dias, as empresas devem apresentar o plano de recuperação judicial aos credores.

Caso discordem do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, os credores poderão apresentar suas objeções e requerer a realização de Assembleia Geral de Credores. O plano será então votado nessa assembleia e, caso seja aprovado, o juiz analisará se a proposta de pagamento do devedor e se a vontade dos presentes está de acordo com a lei. Não havendo nenhum empecilho, o plano será homologado. Muitas empresas beneficiam-se dos longos períodos de carência, dos prazos de pagamento excessivamente extensos e dos índices de correção monetária e taxas de juros absurdamente baixos impostos aos credores. Em resumo, há um abuso na utilização da recuperação judicial em razão dos tempos de crise.

Cabe aos credores o papel de fiscalizar a necessidade de abertura da recuperação judicial. Nessa hora, os responsáveis pelo processo solicitarão provas da seriedade da crise vivida pela marca. Quem pede recuperação judicial deve oferecer demonstrações efetivas da necessidade da abertura do processo. E os credores devem analisar tudo minuciosamente, com a ajuda de especialistas, para terem seus direitos preservados.

**** Advogado especializado em recuperação judicial, sócio do escritório Tardioli Lima e Novoa Prado Advogados.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*
Vice-presidentes - *Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão.*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*

Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos, Jorge Nisenbaum e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - *Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

Diretoria Adjunta
Diretores - *Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Henrique Freire - Secretário de Estado de Transportes do Rio de Janeiro

Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

O Brasil, o cenário econômico e as previsões para 2016

Freada da economia doméstica, perda do grau de investimento, juros mais altos, crise política e depreciação além do esperado da moeda brasileira criam um cenário de grande incerteza e dificultam a tomada de decisões no setor corporativo. Estes foram os temas discutidos durante o IV Simpósio para Empresas "Atual Cenário Econômico e Previsões para 2016", realizado recentemente em São Paulo.

A taxa de câmbio ultrapassou pela primeira vez a barreira de 4,00 reais por dólar, nível que, segundo Marco Maciel, economista sênior da Bloomberg Intelligence, nem se cogitava oito meses atrás e que piora substancialmente as perspectivas para a inflação, os juros e a economia real. "Se o câmbio for inflacionário, a taxa Selic tem de ser mantida em 14,25% durante todo o ano que vem, o que significa mais um efeito de contração sobre o PIB", afirmou.

Além da lentidão da economia e da queda da demanda, os juros já em patamar elevado e a improbabilidade de afrouxamento da política monetária pelo Banco Central do Brasil em um cenário de alta da inflação representam mais um fator de compressão da rentabilidade das empresas.

Diego Gauto, sócio-fundador da Tailor Consulting e diretor do Comitê de Economia de Jovens Empreendedores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), alertou sobre o grande aperto no mercado de crédito, com os bancos já sendo mais criteriosos na concessão de financiamentos e recusando novos relacionamentos. "As condições de crescimento são pífias. Mesmo em 2017 e 2018, a recuperação será muito lenta, se houver. Precisaremos estar muito atentos para enfrentar esses dois ou três anos de grande dificuldade", disse.

Com empresas lucrando menos, a arrecadação do governo fica ameaçada, mesmo diante da urgência do ajuste fiscal, que já enfrenta a dura oposição do Congresso Nacional e a própria natureza resistente dos gastos públicos. Segundo José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), não haverá superávit primário porque "as despesas são incomprimíveis e porque, se o setor privado não dá resultado, não arrecada imposto. "Ele foi taxativo quanto ao desfecho das negociações em torno do esforço fiscal: "Tem de ficar claro que não vai acontecer ajuste. A trajetória de dívida vai piorar e passar de 70% do PIB". Sobre a economia real, seu tom também foi de pessimismo, alertando sobre a "percepção de que a recessão é muito forte e muito longa".

Fatores externos também a prejudicam a evolução da economia brasileira, notadamente a eventual elevação do juro básico dos EUA, que tende a elevar as taxas de financiamento ao redor do mundo, e o desaquecimento da atividade na China, que impacta negativamente os preços das commodities, que por sua vez enfraquecem as taxas de câmbio de países exportadores de matérias-primas, como o Brasil.

Neste contexto, a questão não é se uma empresa com exposição em moeda estrangeira deve fazer *hedge* cambial, mas sim como e quando, recomenda Alex Lima, especialista de câmbio da Bloomberg. Em meio a tantos desdobramentos desanimadores, ele destacou operações de custo baixo e grande potencial de ganho no mercado de câmbio, demonstrando com funções do terminal, como a calculadora de opções OVML, que posições vendidas em real estão ficando atraentes para a comunidade especulativa e para estratégias de hedge.

O especialista mostrou o aumento da concentração de contratos de opção de valor elevado registrados na Depository Trust and Clearing Corporation (DTCC) com exercício da taxa de câmbio em patamares que chegam a 4,60 reais por dólar em agosto de 2016.

Pesquisa realizada durante o evento indicou que 62% dos participantes projetam a taxa de câmbio entre 4,00 reais e 4,50 reais por dólar no final do ano que vem.

A Bloomberg, líder global notícias e informações financeiras e empresariais, dá aos tomadores de decisão influentes uma vantagem crítica, conectando-os a uma rede dinâmica de informações, pessoas e ideias. A força da empresa - o fornecimento de dados, notícias e análises através de tecnologia inovadora, com rapidez e precisão - está no cerne do serviço Bloomberg Professional, que fornece informações financeiras em tempo real para mais de 319 mil assinantes em todo o mundo.

Para mais informações visite
www.bloomberg.com/now/

mcgarrybowen

100 anos de confiança. Estamos falando dos próximos.

Ao completar 100 anos de Brasil, a PwC convida você a reconhecer e a valorizar as suas relações de confiança. Seja nos negócios ou no dia a dia. É a confiança que faz o mundo girar. É a confiança que construirá os nossos próximos 100 anos.

PwC Brasil. Há 100 anos construindo relações de confiança.

pwc

100 Anos Brasil

Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.

PwC Brasil @PwCBrasil @pwcbrasil PwC Brasil youtube.com/PwCBrasil

© 2015 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., firma membro do network da PricewaterhouseCoopers ou, conforme o contexto sugerir, ao próprio network. Cada firma membro da rede PwC constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure

SUA EMPRESA QUER CONTINUAR CRESCENDO.
A AGERIO QUER CONTINUAR APOIANDO.
SABE QUEM AGRADECE? TODO O RIO DE JANEIRO.

Empregos gerados

Mais de 20 mil

Mariana Paiva,
Dona da pensão Nosso Bar,
no Chapéu Mangueira

"Com a AgeRio eu fiz obras e aumentei o capital de giro da pensão. Trabalho mais, mas aumentei minha renda".

Comunidades atendidas

Mais de 250

Frederico Paes,
Presidente da Coagro

" Quando temos o apoio de uma agência de fomento como a AgeRio, a gente vê que não está só".

Incentivos

Em TODAS as regiões do Estado

Rodrigo Kfuri,
Diretor da Pixel House

"O financiamento da AgeRio foi vital para a empresa continuar investindo. Essa parceria nos fez realizar o que planejamos".

Faça parte desse time e ajude a escrever a história de sucesso do Rio de Janeiro.
Com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável do Estado em todas as suas vocações, a AgeRio busca sempre a melhor solução financeira para negócios de todos os portes, sabendo que é o estímulo ao empreendedorismo que vai trazer emprego, renda e qualidade de vida ao Rio de Janeiro.

Faz pela sua empresa. Faz pelo Rio.

AGERIO
Agência Estadual de Fomento

www.agerio.com.br

AgeRio | Agência Estadual de Fomento
Av. Rio Branco, 245 - 3º andar, Centro, RJ
Tel: (21) 2333-1212 | Ouvidoria: 0800 282 2749
ouvidoria@agerio.com.br

GOVERNO DO Rio de Janeiro

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS